

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

**SUSTENTABILIDADE E PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA
ENTRE O POVO INDÍGENA KINIKINAU (KONUKUNÔEN) EM MATO GROSSO
DO SUL**

Rosaldo de Albuquerque Souza

ORIENTADOR: Prof. Dr. Othon Henry Leonardos

CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. Giovani José da Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Brasília-DF, Dezembro/2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

**SUSTENTABILIDADE E PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA
ENTRE O POVO INDÍGENA KINIKINAU (KOINUKUNÔEN) EM MATO GROSSO
DO SUL**

Rosaldo de Albuquerque Souza

Dissertação de mestrado Submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, modalidade: Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas.

Aprovado por:

Prof. Othon Henry Leonados, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB) -
Presidente

Profa Cristiane de Assis Portela, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável –
CDS/UnB) – Examinadora interna

Profa Fátima Brandão – Examinadora externa

Marcos Terena – Convidado Indígena de Honra

Brasília-DF, Dezembro/2012

Dedico este trabalho ao meu pai, Cirilo Souza, o principal apicultor da Aldeia São João, que muito me apoiou em todas as etapas do mestrado.

AGRADECIMENTOS

A Ituko'óviti o grande criador e protetor que me concedeu forças e ânimo para enfrentar e vencer todas as dificuldades com as quais a vida nos surpreende, sejam elas nas economias, na saúde ou no tempo.

Aos meus pais que dedicaram todos os seus esforços para que eu concluísse todas as minhas pesquisas na aldeia em que eles vivem e, especialmente ao meu pai que veio a sofrer um grave problema de saúde (AVE - Isquêmico) nos momentos finais deste trabalho, mas que isso não resultou em motivos para que o mesmo deixasse de me acompanhar.

À minha esposa, Rejane Miguel que pacientemente me apoiou em todos os trabalhos de campo, enfrentando sol e chuva sob uma moto, mas nunca me deixou desanimar.

Aos professores Othon Henry Leonardos e Giovani José da Silva que muito se empenharam em me ajudar a elaborar e concluir este trabalho.

Ao Sr. Cícero Joaquim Gripp, diretor da Escola Municipal Francisco Meireles que junto com o conselho escolar, me concedeu dispensa do trabalho para realização deste curso.

Como a ave fênix da antiga tradição egípcia que durava séculos e, uma vez queimada, renascia das próprias cinzas, os Kinikinau contrariam as expectativas da iminência de desaparecimento, utilizando-se da educação escolar, dentre outros espaços, como locus de reelaboração, afirmação e legitimação da identidade étnica.

JOSÉ DA SILVA, G; SOUZA, J. L, 2003.

RESUMO

O povo indígena Kinikinau, do tronco linguístico Aruak, tem os primeiros registros históricos de sua existência no Chaco paraguaio. Por causa de perseguições por parte daqueles que os consideravam “selvagens”, migraram para o atual território brasileiro ainda na segunda metade do século XVII. O primeiro local a se instalarem foi nas proximidades do município sul mato-grossense de Miranda e, em seguida, se deslocaram até chegarem à reserva Indígena Kadiwéu, onde vivem atualmente. O grupo chegou a ser considerado “extinto” por alguns pesquisadores e tal ideia foi aceita, inclusive, pela FUNAI. Apesar de viverem por longos anos de forma oculta, sem declarar ao público sua identidade étnica, preservaram grande parte de raízes identitárias, como a arte, as manifestações culturais e a alimentação tradicional. Um sinal diacrítico muito importante, mas que, infelizmente, ficou nos rastros do tempo, foi a língua Kinikinau. No início do século XXI, a escola inseriu, no seu currículo, aulas de Língua Indígena, mas sabe-se que é muito difícil sensibilizar as crianças a aprenderem o idioma original. Um produto muito apreciado e produzido pelos Kinikinau (autodenominados Koinukunôen) é o mel. Os apicultores indígenas são excelentes conhecedores dos efeitos medicinais desse alimento e também conhecem, praticamente, todas as espécies de abelhas melíferas existentes na região em que vivem, a aldeia São João, localizada no município de Porto Murtinho. O principal objetivo deste trabalho é divulgar a existência do povo indígena Kinikinau, indicando meios de sustentabilidade, seja pela comercialização do mel extraído pelos homens, ou pelo comércio da cerâmica produzida pelas mulheres.

Palavras chaves: Povo Kinikinau; alimentação tradicional; persistência.

ABSTRACT

The Kinikinau indigenous people, from Aruak linguistic stock, has the first historical records of its existence in Paraguayan Chaco. Due to persecutions from those considered them “savages”, they migrated to the actual Brazilian territory still in the second half of the century XVII. The first place they moved in was in the proximities of Miranda, a county from Mato Grosso do Sul state, and, hereupon, they went to Kadiwéu indigenous reserve, where they live at present. The group was regarded “extinct” by some researchers and such idea was accepted, including by Funai (National Foundation of the Indian, in Brazil). In spite of living long years secretly, without declaring to the public their ethnic identity, they preserved great part of their roots of origin, like the art, the cultural manifestation and the traditional food. A very important diacritical mark, that unfortunately was lost along the time, was the Kinikinau language. In the beginning of the century XXI, the school inserted in its curriculum classes of Indigenous Language, however it’s known it’s very difficult to make children sensitized to learn the original language. A very much appreciated product provided by Kinikinau people (titled Koinukunôen) is the honey. The indigenous beekeepers are excellent connoisseurs of the medicinal effects of this nutrient and also know practically all the species of honey bees existents in the region where they live, the São João village, localized at Porto Murtinho county. The main objective of this work is: spread the existence of Kinikinau indigenous people, displaying ways of sustentability, being by commercialization of honey acquired by men, or being by commercialization of ceramic produced by the women.

Key words: Kinikinau people; traditional food; persistence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Turma do Curso de Magistério. Autor desconhecido, 2004.....	11
Imagem 02 - Mapa do percurso Kinikinau.....	24
Imagem 03 - Criação de bovinos pelos Kinikinau.	25
Imagem 04 - Professores da Escola M. Indígena Koinukunõem durante o seminário Kinikinau em Bonito.....	27
Imagem 05 - Grafismo Kinikinau estampado nas paredes da Escola Koinukunõem.....	28
Imagem 06 - Visão geral da escola com as pinturas Kinikinau.....	29
Imagem 07 - Alunos Kinikinau executando a dança do bate-pau na festa do dia do índio.....	30
Imagem 08 - Grupo de dança formado por jovens.....	31
Imagem 09 - Instrumentos musicais Kinikinau. Flauta (Pifi) e caixa.....	31
Imagem 10 - Sra. Agda, Ceramista Kinikinau durante exposição de cerâmica no CDS.....	33
Imagem 11 - exemplos das cerâmicas Terena, Kinikinau e Kadiwéu.....	33
Imagem 12 - Criança brincando e observando trabalho da mãe ceramista.....	35
Imagem 13 - Senhora Lúcia limpando arroz no pilão	41
Imagem 14 - Engenho para moagem da cana-de-açúcar.....	42
Imagem 15 - Mate quente da tarde – Recebendo visitas.....	43
Imagem 16 - Vegetação da Aldeia São João.....	46
Imagem 17 - Extração do mel direto na mata.....	49
Imagem 18 - Criame de abelhas em caixas.....	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

FUNAI– Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SUMÁRIO

Lista de ilustrações.....	08
Lista de siglas e abreviaturas.....	09
1 Introdução	11
2 Materiais.....	25
3 Dados históricos.....	17
4 Atividades desenvolvidas na aldeia.....	28
4.1 Artes.....	28
4.2 Mitologia e religião.....	36
5 Alimentação.....	38
6 O uso do mel na alimentação Kinikinau.....	44
7 Desenvolvimento Sustentável Sociocultural, Ambiental e Econômico.....	47
8 Conclusão.....	51
9 Referencias bibliográficas.....	55
Anexos.....	58

1 Introdução

Ser indígena é poder desfrutar de uma riqueza cultural inigualável. Assim, cada povo, ainda que pequeno, guarda como uma joia preciosa os ensinamentos que seus sábios ancestrais repassaram. A sabedoria lembrada de uma geração a outra tem como objetivo manter as raízes ancestrais vivas. Sem essa manutenção a história de um povo provavelmente chega à extinção, podendo ser recriada somente através de estudos arqueológicos e antropológicos.

Sou indígena Kinikinau nascido num tempo em que se ensinava que meu povo havia sido extinto. Nem eu mesmo sabia quem era, me confundia com os Terena. Foi durante as aulas de História do Curso de Formação de Professores Kadiwéu e Kinikinau (Imagem 01), sob a coordenação do professor Giovani José da Silva que percebi que até aquele momento eu não carregava comigo uma identidade étnica.



Imagem 01 – Turma do Curso de Magistério. Autor desconhecido, 2004

O professor com muita calma e responsabilidade me explicou que daquela forma como vinha pensando, não poderia ter uma identidade, não poderia pertencer a nenhum povo. Era

necessário que definisse a que povo eu gostaria de pertencer, foi quando respondi a ele que queria pertencer ao povo do qual descendo, o Kinikinau.

Foi a partir daquele dia que passei a observar a importância de ser convicto quanto à valorização de ter uma identidade étnica e cultural. Foi muito difícil entender como poderia pertencer a um grupo de pessoas consideradas extintas. Tendo em vista que a etnia Kinikinau naquela época, em 2002, já composta por mais de 150.

Quando retornei para a minha aldeia, me aproximei dos anciãos e tive longos momentos de conversa. Não perdia mais nenhuma folga deles e registrei valiosos depoimentos, alguns dos quais faço menção neste trabalho.

Atualmente o nome do meu povo é motivo de curiosidade para muitos, até mesmo dentro das universidades, pois falar em ser índio é comum, mas ser Kinikinau ainda é pouco conhecido. É preciso ensinar nas escolas que esse povo não foi extinto, e, sim, que utilizou de uma estratégia capaz de preservar a vida, a cultura e garantir a existência de um grupo, cuja história e memória estão vivas.

É muito comum as pessoas pensarem que o índio é monolíngue, monocultural, vivem das coisas do passado ou que apresentam uma espécie de cultura congelada. A imagem que as escolas ensinam para a sociedade envolvente é de um povo que vivia na época do descobrimento do Brasil, mas esquecem das especificidades. Fazem as crianças carregarem o fardo do equívoco e o transmitirem quando chegam à idade adulta.

Em um estudo sobre a temática indígena na escola, as pesquisadoras BERGAMASCHI e GOMES chegaram à conclusão de que os livros didáticos utilizados nas escolas apresentam uma imagem indígena pouco condizente com a realidade. Isso possivelmente gera uma visão errônea sobre a realidade dos povos indígenas contemporâneos.

Nos desenhos das crianças os indígenas aparecem frequentemente nus, com os corpos pintados e, em geral, em contato com a natureza. Buscando também nos livros didáticos as imagens mais frequentes que retratam os povos indígenas, vemos que a maioria dos manuais os apresentam com pinturas corporais, com cocares nas cabeças e em geral sem ou com pouca roupa. Em nenhuma das representações os alunos mostram ter visto imagens nos livros que remetem aos povos indígenas na situação social contemporânea. De fato, as imagens que predominam nos livros são as do indígena na época da colonização, representados por pinturas que confirmam o exótico ou em situações que o vitimizam. (BERGAMASCHI e GOMES, 2012. p. 56).

O Artigo 47 da Lei número 6001, Estatuto do Índio, afirma que “é assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de

expressão.” Este artigo deveria ser utilizado pelos professores de história que ensinam ou que pretendem trabalhar o ensino da cultura indígena nas escolas.

No trabalho de BERGAMASCHI e GOMES, (2012), fica evidente que o estudo das culturas indígenas, no Brasil ainda está bastante defasado por diversos motivos, entre eles pode-se destacar a falta de capacitação específica dos professores, falta de diálogos interculturais por parte da escola e dificuldade em encontrar materiais específicos de cada etnia. Entende-se que muitos grupos indígenas apresentam pouquíssimos registros históricos ou ainda não foram bem divulgadas no meio acadêmico.

Se os povos indígenas empreendem esforços para concretizar o diálogo intercultural, nos levam a pensar que se a proposta educacional é conviver e efetuar trocas com as sociedades indígenas, a escola terá que fazer um esforço para conhecer esses povos, sua história e sua cultura e, mais especialmente, afirmar uma presença que supere a invisibilidade histórica que se estende até o presente. Apesar da colonização, do genocídio, da exploração, da catequização, da tentativa de assimilar os indígenas à sociedade nacional, estes povos mantiveram-se aqui, resistentes, mesmo que por vezes silenciosos. Se apresentam fortes, num movimento político de afirmação étnica, mostrando que aqui estão e permanecerão. No contato, a todo o momento são postos à prova quanto as suas identidades étnicas, visto que a concepção que predomina nas sociedades não-indígenas é de povos do passado, não compreendendo que a dinâmica cultural, que é própria de todas as sociedades, faz com que incorporem alguns elementos da cultura ocidental, o que não significa que deixaram de se identificar como indígenas. (BERGAMASCHI e GOMES, 2012. p. 55).

Se a Lei número 11.645, de 10 de Março de 2008 fosse bem aplicada nas escolas brasileiras, certamente haveria melhor compreensão sobre o povo indígena brasileiro que é composto de aproximadamente 200 povos falantes de 180 línguas diferentes. O Artigo 26-A da referida Lei estabelece que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”.

Não é mais admissível que a população brasileira tenha em mente um índio genérico, que caça e pesca apenas com arco e flecha ou que ande nu pelas florestas. Tendo em vista que em muitas comunidades indígenas, a vegetação não existe mais. É importante frisar que existem povos indígenas nos quais as tradições são muito bem preservadas, e sua população busca a sustentabilidade dessa riqueza conforme escreve Laura Graham em sua publicação no Instituto Socioambiental, sobre o povo indígena Xavante do estado de Mato Grosso.

Ser indígena não limita ao indivíduo viver exclusivamente em sua própria terra. Atualmente pode-se encontrar muitos indígenas vivendo em centros urbanos sendo proprietários de bens móveis e imóveis, profissionais em diversos cargos e níveis

educacionais. A educação escolar do indígena não se limita em saber ler e escrever, e sua busca por maiores níveis acadêmicos não o tornam menos indígena, do que aquele que ainda não frequentou as salas de aulas de uma universidade.

O grande objetivo dentro da academia é tornar o meu povo conhecido, fortalecendo a identidade cultural e, ainda, produzir material que sirva como fonte para outros pesquisadores que tenham interesse em conhecer os povos indígenas do Brasil. É muito interessante fazer parte do processo de reconstrução e reafirmação identitária de um povo que ressurgiu depois de muito tempo sob a penumbra do esquecimento bibliográfico.

Os anciãos, minhas principais fontes históricas e referências no momento de preparar uma aula, um discurso ou outra atividade, orgulhosamente me ajudaram a compreender o valor de ser persistente. Não é possível pensar em reconstruir um patrimônio sem pensar nas futuras gerações. Os anciãos que já partiram tiveram muito cuidado em retransmitir aos seus descendentes toda a preciosidade de seus conhecimentos e anseios na perspectiva de que a nova geração continue o trabalho que eles iniciaram.

O maior motivo em continuar a conhecer melhor o passado do povo Kinikinau, é a visível resistência que esse grupo apresenta às incessantes ameaças e perseguições, seja de posseiros de suas terras tradicionais, ou de outros grupos étnicos, os quais acreditam que somos invasores de suas terras.

Pelo que concluí com meus velhos guerreiros, o povo Kinikinau só viveu em paz, antes da chegada dos homens que disseram que estavam trazendo ordem e progresso para a pátria amada e idolatrada chamada atualmente de Brasil. Essa ordem pelo visto chegou, mas da pior forma possível, ordem para escravizar os nativos, ordem para ocupar a maior quantidade de terra indígena que pudessem e outras ordens que vêm sendo executadas a cada dia.

O processo discriminatório que se criou contra os povos indígenas vem sendo quebrado muito lentamente. Isso pode ser observado pela atitude de muitas instituições governamentais e não governamentais que dão apoio à educação, desenvolvimento sustentável e revitalização das questões identitárias dessa população. Muitos pesquisadores estão despertando para o estudo das causas indígenas e procuram soluções para as mesmas.

A maioria dos problemas relacionada à discriminação teve a sua gênese na escola, pois ainda ensina-se que o índio vive sem se preocupar com o futuro, que sua cultura não evoluiu e que estes não contribuem para o desenvolvimento do país.

Poderemos observar no decorrer deste trabalho que os indígenas já tinham sua organização social, mesmo antes da chegada dos colonizadores. Eram divididos em grupos étnicos, cada grupo falava um idioma diferente e cooperavam entre si para o bem-estar social.

Os indígenas brasileiros no presente século estão passando por uma série de disputas interétnicas, não apenas com a sociedade envolvente, mas com outras etnias. TAUNAY, (1931), traz um comentário sobre a escravização de cativos de guerra por parte dos Kadiwéu. Isso era uma forma de provar que eles eram fortes e dignos de respeito.

Entre os índios acima mencionados, aparecem alguns *Caiuás*. Habitantes do norte do território paraguayo, nas cabeceiras do Aquidabán, são os prisioneiros de guerra vítimas das correrias que os caiuíus costumavam fazer nas terras daquela república. Para este fim saíam do Nabilek, passavam os campos da Pedra de Cal e, costeando a serra de Dourados, iam ter às águas do Igatemy, contravertente do Aquidabán.

Os caiuíus vendidos passavam, de mão em mão, na qualidade de escravos ou, como por ali se chamam, *cativos*.

É a escravidão, aliás, a mais suave possível. O cativo faz parte da família, com ela come, é tratado como filho da casa; tem até regalias especiais. (TAUNAY, 1931, p. 21)

No presente século, o maior desejo dos Kinikinau é poder voltar ao seu território tradicional. Certamente os atuais ocupantes daquele território sabe que ali é uma que outrora fora ocupada por um grupo indígena.

2 Materiais

As entrevistas foram feitas na forma de diálogo, livre, onde os entrevistados tinham liberdade para argumentar conforme considerassem importante. A contextualização histórica do trabalho está fundamentada na memória dos participantes da entrevista ao mesmo tempo em que estabelece interlocução com diversos autores que tratam o tema. Foram utilizados trechos de entrevistas sobre a trajetória Kinikinau ocorrida entre as décadas de 1920 a 1940, por um ancião, Sr. Leôncio Anastácio, que muito lutou para que o Povo Kinikinau pudesse ter a garantia de possuir sua identidade étnica.

Os questionamentos foram feitos com vários anciãos, porém, o Sr. Leôncio mostrou maior clareza nas informações pertinentes às viagens que fez com seus pais antes de chegarem à Reserva Indígena Kadiwéu. Os outros participantes das entrevistas contribuíram com informações mais atuais.

Foram diversas viagens a campo no decorrer do curso, para complementação das pesquisas, porém, além das entrevistas, procurou-se olhar aquela Terra Indígena por meio de uma visão mais abrangente, para melhor entender o passado, o presente e o que poderá acontecer com esse grupo que está crescendo muito dentro de uma terra limitada.

Durante essas viagens diversos assuntos puderam ser abordados, entre eles, a curiosidade em ver fotos antigas que os indígenas guardam do tempo das grandes lavouras de

arroz, o tempo em que muito se utilizou o engenho de madeira, o formato das casas de algumas décadas passadas, entre outras.

Para realização deste trabalho, utilizou-se muito a história oral, que de acordo com Thompson, sua principal característica é a entrevista. Essa ferramenta foi a grande responsável pela obtenção de dados. Algumas foram gravadas e transcritas, outras apenas ouvidas após a gravação para evitar esquecimento dos conteúdos. A relação entre a história e a memória nessa modalidade de trabalho é muito perceptível. As duas andam sempre juntas e quem conta a história, dá a ela vida através da memória. NORÁ salienta a diferença entre as duas e sua importância para as entrevistas:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada de grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] (NORÁ, 1993. p. 9).

A entrevista segundo THOMPSON é a história oral, ele salienta que muitas informações que a literatura não apresenta, uma entrevista pode revelar, como a convivência familiar, a relação entre os vizinhos e até mesmo fatos curiosos ou secretos. Também ao falar em história, deve-se tocar em vozes do passado conforme sugere o título do livro de Paul Richard Thompson e muitas vezes essas vozes estão bem vivas, mas ocultas. Para reconstruí-las é necessário muita paciência e habilidades para isso.

O traço mais surpreendente de todos, porém, talvez seja o impacto transformador da história oral sobre a história da família. Sem a evidência oral, o historiador pode, de fato descobrir muito pouca coisa, quer sobre os contatos comuns da família com os vizinhos e parentes, quer sobre suas relações internas. Os papéis de marido e mulher, a educação de meninos e meninas, os conflitos e dependências emocionais e materiais, a luta dos jovens pela independência, o namoro, o comportamento sexual dentro e fora do casamento, a contracepção e o aborto – todas essas eram efetivamente, áreas secretas. (THOMPSON, 1978. p. 27 - 28).

Nem sempre é fácil chegar a uma pessoa que se queira entrevistar e fazer com que esta disponibilize as informações com tranquilidade. Para alguns deles foi necessário provar que havia boas intenções ao realizar aquela conversa. Para outros houve a necessidade de conversar vários temas até chegar ao ponto desejado. Ainda ocorreram casos de indígenas que não falaram no primeiro contato, necessitando outras visitas para que eles pudessem disponibilizar as informações.

Thompson comenta que “não é de admirar, que ainda hoje, a narrativa sobre lembranças ameaçadoras custe semanas de pesadelos terríveis que retornam. E essas lembranças podem ser quase tão intoleráveis por reflexo” (THOMPSON, 1978. p. 207). Quando realizei as entrevistas, não tinha nenhum interesse em provocar lembranças indesejadas, mas elas aconteceram pelo fato de que esses indígenas principalmente os anciãos viveram vários momentos traumáticos e que muitas vezes não querem recordar.

Apesar de todos os entraves, a maioria dos convidados a participar da entrevista foi muito receptiva e se expressou da melhor forma possível. A maior parte delas foi gravada com um aparelho de telefone celular, porém nem todas foram transcritas.

3 Dados históricos

Para a realização deste trabalho, contou-se com relatos orais dos indígenas Kinikinau residentes na Aldeia São João, especialmente os anciãos, as ceramistas, professores e os apicultores. A contribuição dos anciãos foi de extrema importância nos relatos sobre a fuga das terras do município de Miranda e a fundação da aldeia São João em 1940. A referida aldeia encontra-se localizada junto à Serra da Bodoquena no Município de Porto Murtinho.

O povo Indígena Kinikinau ou Koinukunôen, pertencente ao tronco linguístico Aruak e língua Kinikinau, possui uma longa trajetória na luta pela sobrevivência e conquista de um espaço definitivo, desde os primeiros relatos de sua existência até meados do século XVIII quando ainda habitavam o Chaco Paraguai¹. Taunay, (1931) na obra Entre os nossos índios conheceu os quatro grupos Guaná residentes no município de Miranda. Ele conseguiu identificar cada um deles com muita facilidade.

Subdividiam-se os *chanés* em quatro ramificações: os *terenas* que constituem três quintos da população aborígine da região, os *Laianas*, os *Kinikináos* e os *guanás* ou *chooronós*. De todos estes autochtones, são os últimos mais dóceis e civilizados (TAUNAY, 1931 p. 16).

A partir da metade do século XVIII começa a trajetória de abandono das terras chaquenas para fixação em solo brasileiro. Esse processo migratório, de acordo com CASTRO, (2011) ocorreu por diversos fatores, entre eles, as perseguições que o governo paraguaio e a Companhia de Jesus faziam na tentativa de ‘domesticar’ os indígenas: “As tentativas da Companhia de Jesus para a redução dos povos chaquenos ocorreram a partir do

¹ O nome Chaco foi usado inicialmente para se referir à Província de Tucumán, posteriormente utilizado para designar uma ampla planura, abrangendo terras dos atuais estados da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil. (CASTRO, 2011, p. 71)

início do século XVII com os chamados Guaicurús do Sul, e tinham por objetivo ‘domesticar’ e conter a agressividade e ‘selvageria’ daqueles grupos” (CASTRO, 2011 p. 85).

BEAUREPAIRE-ROHAN (1846) descreve em uma de suas viagens ao Mato Grosso o encontro com diversas etnias habitantes das proximidades do Rio Paraguai, entre elas os Guató, os Kadiwéu e os Kinikinau. Nessa obra ele descreve a intrepidez que o sertão oferece: natureza grandiosa e hostil, índios que viviam em plena liberdade e os animais selvagens dentre eles cobras, jacarés, onças, mosquitos, piranhas. Ao visitar os Kinikinau, ressalta a dificuldade em estabelecer colonização estrangeira na região e a urgência em se estimular o aldeamento de índios já que muito se reclamaram do abandono:

Dia 20 – Continuámos a descer o Paraguay, que de Corumbá á bocca meridional do Paraguay-Mirim, espaço de quatro a cinco léguas, corre para léste. Deixámos à direita a serra do Riacho e do Urucú e os morros da Bundalta, do macaco e outros. A’ esquerda ficaram-nos a bocca meridional do Paraguay-Mirim e as confluências dos rios Taquary e Mondego, antigo Mbotehuou Guaxihy, por muitos chamado rio de Miranda, por estar em sua margem direita, a umas quarenta léguas acima da sua barra, o presidio d’este nome. Com dezessete léguas de navegação, chegamos, a 21, á praia da Piúva.

Na distância de uma légua para o interior, se acha a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, que é a residência do comandante do districto militar do Baixo-Paraguay. A população total d’este lugar é de mil e seiscentas almas, compreendidas uma aldêa de Guanás, uma de Guaicurús, nas suas proximidades, e outra de Kinikináos, d’ahi três léguas, no Mato-Grande, onde se ocupam da agricultura, e são mui trabalhadores. Três dias nos demoramos n’este lugar, e fui num d’elles, em companhia do Capitão Lúcio e João de Moraes Bueno, visitar os estimáveis Kinikináos, já meus conhecidos, que tanto prazer tiveram em ver-me, quanto sensíveis se mostraram sabendo que regressava para o Rio de Janeiro. Pertencem á nação Chané, que além d’eles e dos Guanás, conta mais os Terenas e os Layanans, estabelecidos na vizinhança do nosso presidio de Miranda, onde os vi outr’ora. O major graduado João José Gomes, seu protector, foi d’ali mandado retirar, esse acha fazendo o serviço da guarnição de Cuyabá: e d’esta ausência de que se manifestaram muito prazerosos os índios, e em geral os povos de Miranda, tem já resultado debandar-se a numerosa tribu dos Terenas. E’ realmente incrível, que sendo tão limitada a população na província de Mato Grosso, tão difficil, bem que possível aumental-a por meio de colonização estrangeira, não se tenha procurado lançar mão dos seus próprios recursos, chamando á civilização e melhorando a sorte de diversas tribus indianas que n’ella habitam. Um hábil diretor, que se dedicasse inteiramente a tão honroso objeto, o poderia conseguir; e é este um dos votos que faço em beneficio d’este paiz. (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1846 p. 381 -382)

Inicialmente, os grupos oriundos do Chaco se instalaram na região de Miranda e ali formaram suas aldeias. De acordo com TAUNAY (1931), esses povoamentos indígenas sofreram grandes alterações com a Guerra do Paraguai (1864 - 1870).

No districto de Miranda, ao tempo da invasão paraguaya mais de dez aldeamentos de índios havia.

Formavam os terenas, a maior parte da população autochtone; as suas aldêas estavam situadas no Naxedaxe, a seis léguas da Villa de Miranda; no Ipêgue, a sete e meia; na Cachoeirinha, e em outro lugar a três léguas, constituindo um aldeamento chamado Grande, além de outros pequenos centros. Três a quatro mil indivíduos viviam nestes diversos pontos.

Os Kinikinaus aldeavam-se no Euagaxigo a sete léguas N. E. de Miranda; os Guaná no Eponadigo, a sete no Lauiád, em número de 30 a 40; os laianas a meia légua da villa, estes todos chanés. (TAUNAY, 1931. p. 19-20).

Ainda de acordo com Taunay (1931), a luta pela sobrevivência do povo Kinikinau residentes nas antigas aldeias de Miranda começou em 1864 com a invasão paraguaya ao território brasileiro. Ele descreve uma das primeiras fugas, cujo teor de sofrimento era gigantesco e na qual muitos indígenas, inclusive de outras etnias, perderam suas vidas.

O líder Kinikinau muito prestigiado pelos seus contemporâneos era chamado de Pakalalá e segundo Taunay (1931), foi ele quem ordenou a fuga no momento que percebeu que um iminente ataque das forças paraguayas ameaçava o seu povo. O local escolhido como refúgio foi nas proximidades da Serra de Maracajú, situada nas coordenadas 21°S55°O.

Sem perda de tempo, ordenou o abandono total da aldêa, as mulheres, crianças e velhos, carregados de tudo quanto havia de transportável, mandou que tomasse caminho do porto do Canuto, no rio Aquidauána, d'ahi a oito léguas. Tratariam, depois de embrenhar-se na serra de Maracajú, coberta de quase impenetrável mata.

Partiu a caravana; no meio do alarido de imprecações e gemidos. As velhas sobretudo, e como de esperar, gritavam no tom da mais completa desesperação.

Vergavam as pobres mulheres ao peso do *nadô*, grande rede de malhas, em forma de sacco, suspensa de tira de couro aplicada á testa do portador. (TAUNAY, 1931. p. 30 -31).

Os anciãos não souberam dizer como se deu o processo de volta dos locais de esconderijo, que segundo Taunay foi nas proximidades da Serra de Maracajú. Portanto, provavelmente, entre 1870 e 1905, com o fim da guerra, os indígenas procuraram novamente suas terras de origem. Quem as encontrou desocupadas refez seus bens e lá continuaram, quem não teve essa sorte, foi obrigado a se juntar com outros grupos.

O ato de algumas etnias se juntarem a outras pode ter sido uma das fortes causas do desaparecimento de alguns grupos indígenas. O próprio Taunay (1931) escreve que podiam ser encontrados remanescentes em aldeias próximas de Miranda.

Segundo os anciãos, Agaxi ou *Euagaxigo*, conforme menciona Taunay, parecia ser o local definitivo para a residência deles, pois viviam em paz, plantavam e colhiam sem muito atrapalho. Como eram poucos, acreditavam que provavelmente não seriam incomodados,

porém, CASTRO (2011) afirma que o próprio SPI (Serviço de Proteção aos índios), que deveria proteger o índio, expropriou suas terras no município de Miranda.

A solução encontrada pelos indígenas como forma de defesa de suas famílias foi a fuga. Alguns pesquisadores, entre eles Roberto Cardoso de Oliveira (1976) mencionam alguns grupos como “extintos”, entre eles os Kinikinau, que na verdade estavam em busca de uma terra onde pudessem estabelecer residência e viver com dignidade e respeito.

Também fazem parte do acervo histórico, alguns viajantes com funções militares ou pesquisadores, da época imperial, que atualmente seus relatos são úteis por terem tido o cuidado de registrar a situação dos indígenas que lá encontraram. Entre eles pode-se citar o militar Henrique de BEAUREPAIRE-ROHAN, cujos relatos históricos encontram-se nos acervos do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil), com sede no Rio de Janeiro.

O que faltou para CARDOSO DE OLIVEIRA (1976) na época de sua pesquisa foi recorrer às terras indígenas onde ele imaginasse que houvesse remanescentes Kinikinau, mas ele registrou o que viu, por estar naquele momento em uma terra antes habitada por esse grupo indígena. Com o registro publicado, alguns grupos de pensadores e órgãos governamentais, inclusive a FUNAI, passaram a acreditar que os Kinikinau haviam desaparecido:

Dentre as inúmeras tribos ou subtribos a desaparecerem ainda no presente século [XX], podemos apontar os Kinikináu (Guaná) e os Ofaié-Xavante. Os primeiros mantinham ainda uma aldeia, junto ao rio Agaxi, de onde se dispersaram, expulsos de suas terras por um civilizado que as teria comprado do Estado do Mato Grosso; seus remanescentes são encontrados hoje em algumas aldeias Terena (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976 p. 27).

Na década de 1990, o Antropólogo Giovani José da Silva, que na época trabalhava na Secretaria de Municipal de Educação de Porto Murtinho, promoveu as primeiras reuniões na Aldeia São João com a finalidade de conhecer seus habitantes. Foi em um desses encontros que ele identificou a existência dessa etnia, que até aquele momento era reconhecida pela FUNAI como Terena.

Mesmo aquelas pessoas sabendo qual era a sua verdadeira etnia, mantinham-se em silêncio, os pais não questionavam o registro de seus filhos em outra etnia para evitar transtornos junto ao chefe de posto da FUNAI. Os indígenas mais antigos, entre eles o Sr. Leôncio e Sra. Ercilia Anastácio sempre ensinaram aos seus filhos e netos que pertenciam à etnia Kinikinau e que a língua falada pelos seus ancestrais era diferente, logo não poderiam ser identificados como Terena.

A Sra. Ercília era falante do idioma Kinikinau, porém não ensinou aos filhos porque era casada com um Terena e nos primeiros anos de casamento, ela não conseguia uma comunicação eficaz entre o seu idioma e a do esposo, resolveu então ensinar apenas o português como língua oficial. Assim aconteceu com muitas famílias e a língua foi aos poucos sendo esquecida.

TAUNAY (2000), ao escrever um romance envolvendo uma índia Guaná, frisou que sua principal personagem, Antônia, era filha de pai Guaná e mãe Kinikinau. Logo, percebe-se o processo de enfraquecimento das línguas indígenas, que infelizmente foram extintas, ou estão à beira da extinção, não é um fato novo.

Em uma viagem a campo com o grupo de alunos do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável ao estado da Amazônia, em julho de 2011, visitamos várias aldeias no município de São Gabriel da Cachoeira. Alguns fatos interessantes em relação aos contatos interétnicos foram observados entre os indígenas daquela região.

Na aldeia Balaio, vivem as etnias Tukano e Dessano, ambos da família linguística Tukano e a comunidade é falante de três idiomas. Os casamentos são todos interétnicos e cada cônjuge deve ensinar o idioma de sua etnia para sua prole. Assim, o idioma de ambas as etnias nunca será extinta. O terceiro idioma que as crianças aprendem é a língua portuguesa, mas isso só ocorre a partir dos oito anos de idade. Outro fato curioso que chama a atenção é que nesse mesmo município, porém na região do Alto Rio Içana, há vários povos indígenas vivendo muito próximos uns dos outros e as crianças em sua maioria aprendem a falar pelo menos cinco idiomas. Essas informações foram fornecidas pelos indígenas habitantes do local.

SOUZA (2008), linguista e pesquisadora da língua Kinikinau, comenta em seu trabalho sobre as etapas de morte de um idioma. Segundo ela, o idioma de um povo se extingue semelhante às espécies biológicas, porém, de forma imperceptível e silenciosa. Para que isso aconteça, diversos fatores encontram-se inseridos, entre eles, o mais preocupante é a dominância de um grupo majoritário, cujo idioma passa a prevalecer sobre as demais.

Nesse contexto de línguas ameaçadas de extinção, encontra-se a língua Kinikinau, foco deste trabalho. A língua Kinikinau é falada pelos índios da mesma denominação, etnia invisível da região Centro Oeste do Brasil. Pelos motivos apresentados por Rodrigues (2005), citado anteriormente e, de acordo com os postulados de Campbell & Berezna (1996), pode-se dizer que esta língua está em processo de morte gradual, em fase bem adiantada, próxima da extinção. Com base na análise de Bauman (1980), a língua Kinikinau pode ser considerada em estágio obsolecente, em acelerado processo de morte, pois apresenta todas as características apontadas pelo autor, acrescidas ainda de um agravante: além de possuir reduzido número de falantes, há reduzido número populacional. Além disso,

trata-se de uma língua em contato com mais de uma língua dominante, português, Kadiwéu e terena, gerando várias inovações linguísticas. (SOUZA, 2008 p. 16)

De acordo com os indígenas Kinikinau, eles não têm e nunca tiveram vergonha de ser indígenas, atualmente eles não fazem uso do idioma original porque não o aprenderam. Se o soubessem, certamente seria falado com muito orgulho e não deixá-lo-iam no esquecimento.

Observa-se no texto de JOSÉ DA SILVA e SOUZA (2003) que o tempo em que o grupo Kinikinau manteve-se em silêncio, não era porque não queriam ser chamados de índios ou porque queriam esconder sua identidade, mas que isso foi uma estratégia criada como forma de preservar a vida coletiva e que num momento oportuno pudessem revelar-se.

Durante as reuniões verificamos que se identificar como Terena representou, durante muito tempo, uma das estratégias utilizadas pelo grupo Kinikinau para sobreviver a toda sorte de perseguições a que foi submetido. Segundo o professor Inácio Roberto, os Kinikinau lutam até hoje para provar que existem e que têm direito à terra, educação e identidade. (JOSÉ DA SILVA E SOUZA, 2003 p. 153).

De acordo com CASTRO (2011), parte dos fugitivos da Guerra do Paraguai conseguiram retornar para suas antigas aldeias. Entre elas, aldeamento Kinikinau no Agaxi, que posteriormente teve suas terras expropriadas e sua população dita com extinta. Esse grupo manteve o silêncio, procurou reorganizar-se como indivíduos até o momento oportuno para ressurgir nas páginas da história brasileira.

[...] Parte do outro agrupamento situado em Miranda conseguiu retornar e se reagrupar na Aldeia de Agaxi, naquela mesma região, representando o grupo dos quais descendem os Kinikinau de São João. Porém, com a expropriação das terras daquela aldeia no início do século XX, foram considerados extintos, reconhecendo-se a existência de remanescentes nas aldeias de Lalima e Cachoeirinha, embora parte do grupo tivesse se reagrupado na *Reserva Indígena Kadiwéu*. (CASTRO, 2011. p. 316).

O trecho abaixo é transcrição da fala de uma residente da aldeia e uma de suas fundadoras, que apesar de muito jovem quando chegou ao local, guarda na memória, a imagem de como encontrou os primeiros habitantes e sua cordial receptividade para com os recém-chegados.

“Era dia 13 de Junho de 1940, dia de Santo Antônio e tinha uma grande festa na casa do Sr. Benedito Rosa que morava no Passo do Grego, esse Benedito era Terena. Me lembro que eu e meu pai chegamos a cavalo e nossa mudança na carreta. Essa carreta era chamada de “carretão”. Era toda feita de madeira, mas a roda era coberta de ferro; era puxada por duas juntas de bois, ou seja, eram necessários 4 bois para movê-la. Com esse transporte era possível percorrer cerca de 10 km por dia. Esse era o nosso meio de transporte. Ficamos naquela casa até fazer a nossa e depois nos

mudamos”. (Ercilia Anastácio, 2003 entrevista cedida a Rosaldo de A. Souza).

O ancião Leôncio Anastácio, contou que os Kinikinau viveram no município de Miranda até por volta de 1915, quando foram expulsos de lá, pois a terra deles fora vendida para um pecuarista. Os compradores das terras indígenas, provavelmente eram políticos influentes do Estado. Todos os habitantes da tranquila aldeia foram obrigados a abandonar tudo o que possuíam e sair para evitar que fossem capturados e executados pelos empregados do fazendeiro. (Conferir rota na imagem 02).

Não se sabe precisar quantas pessoas viviam naquela aldeia, mas estima-se que eram 30 famílias, com cerca de 150 pessoas. Cinco dessas famílias peregrinaram juntas até 1940 parando em diversos locais, inclusive em uma área conhecida como Corvelo, entre os municípios de Bonito e Porto Murtinho, onde tentaram estabelecer moradia, mas logo foram expulsos de lá também.

Em continuação ao depoimento, o Sr. Leôncio Anastácio contou que havia um funcionário do SPI por nome Nicolau Horta Barbosa, chefe de posto do SPI na Aldeia Pé da Serra, hoje Alves de Barros, na reserva dos Kadiwéu que sabia do processo migratório desse povo, então, foi ao encontro dos Kinikinau e lhes aconselhou que se dirigissem àquela terra e que procurassem ali um local onde pudessem morar.

Como estavam na estrada e sem destino certo, ouviram e atenderam ao conselho do chefe do SPI e se dirigiram para a terra que até aquele momento era desconhecida por eles. Porém, todos sabiam da existência da terra dos Kadiwéu. (Sugiro que se utilize mais as falas dos entrevistados).

Logo que os Kinikinau chegaram à *Reserva Indígena Kadiwéu*, que de acordo com JOSÉ DA SILVA, (2004) já era uma terra demarcada e homologada desde 1903, as famílias foram conversar com o cacique em uma antiga aldeia conhecida por Oito Baías. Após uma reunião, o cacique Kadiwéu Matexúia lhes ordenou que morassem em um local denominado Morrinho, mas estes não aceitaram por ser um local muito afastado e de difícil acesso, e como conheciam a fama de “bravos” dos Kadiwéu, ficaram com medo de serem atacados e saqueados por eles.

Fecharam acordo em morar perto do Passo do Grego², pois ali era a porta de entrada de boiadas e pessoas que iam para as fazendas arrendadas dentro daquela Terra Indígena. O

² Local de passagem de pessoas e animais no Rio Aquidabã, que dá acesso à Aldeia São João, conhecido com esse nome por ter sido propriedade de um comerciante de origem grega.

trecho a seguir é parte do depoimento de um indígena Kinikinau que chegou ao Território Kadiwéu em 1940:

“Um grupo de Kinikinau ou Koinukunôen, conforme a nossa autodenominação que significa Povo Lutador e persistente, residia em Agaxi, Município de Miranda MS, aproximadamente até a década de 1920. Por causa da invasão dos fazendeiros, o SPI nos transferiu para o Corvelo, entre os Municípios de Bonito e Porto Murtinho. Em 1940, o Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa, chefe do SPI nos informou que havia um local onde podíamos morar e nos autorizou a fixar moradia na reserva indígena Kadiwéu. Ao chegarmos, meus pais e os outros chefes de família foram ao Cacique Matexúá, da etnia Kadiwéu que morava na Oito Baía, uma aldeia antiga. O cacique nos recebeu muito bem e permitiu que morássemos aqui, no T.I.K. Ainda eram só três famílias, a do José Anastácio, do Pedro Marques e uma que já estava há mais tempo, a do Marcelino Pereira. Marcelino estava com sua família em um pequeno rancho beira-chão³ em condições humilhantes, a partir daí ele se reintegrou ao grupo e recebeu algumas doações de roupas e alimentos”. (Leôncio Anastácio, 27/02/2003, entrevista cedida a Rosaldo de A. Souza).



Imagem 02 – Mapa do percurso Kinikinau Fonte: http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3712. Adaptado por Rosaldo A. Souza. Ano 2011.

A partir de então, os Kinikinau foram aos poucos construindo suas casas, praticando a agricultura e a criação de animais domésticos como os bovinos, aves, equinos e ovinos. A atividade continuou com bastante sucesso e, atualmente os Kinikinau continuam essa prática conforme observa-se na Imagem 03. De acordo com o ancião Leôncio, em 1940 não havia indígenas Kadiwéu residindo na Aldeia São João, apenas poucos Terena e uma família Kinikinau.

³ Pequena casa coberta com a palha da palmeira bacuri (*Attalea phalerata*). A própria cobertura serve de parede, geralmente a frente e o fundo são fechados com bambus amarrados.

Aproximadamente na década de 1980 algumas famílias Kadiwéu mudaram para a Aldeia São João, e atualmente cerca de 12 famílias dividem a aldeia com os Kinikinau. Os novos vizinhos trouxeram seus animais (bovinos e equinos), que disputam o pasto natural com os animais criados pelos Kinikinau.

Atualmente, a relação entre as duas etnias apresenta uma amistosidade considerável. As lideranças Kadiwéu respeitam os direitos de ir e vir dos Kinikinau dentro de seu território, mas limita-os a viver em uma pequena parte da reserva. Há casamentos interétnico entre ambas e geralmente os filhos oriundos desses matrimônios são registrados na etnia Kadiwéu. Conforme o mito da criação do mundo contada pelos anciãos Kadiwéu, eles são os donos da terra e as outras etnias são seus serviçais, então, eles sempre utilizam desse argumento para garantir a sua superioridade sobre os Kinikinau.



Imagem 03 – Criação de bovinos pelos Kinikinau. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2012

Durante o atual Curso de Mestrado, realizei um trabalho de campo, com os Kadiwéu residentes na Aldeia São João, para a disciplina Indigenismo e Sustentabilidade, com um ancião Kadiwéu de 105 anos de idade. Observa-se no mito que todos receberam suas ferramentas para trabalhar, mas eles não. Quando ele menciona os Terena, subentende-se que os Kinikinau estão inclusos:

[...] No outro dia pela manhã, o Senhor (Criador) foi ao buraco, abriu-o e começou a tirar as pessoas que ali estavam, primeiro puxou o não índio [brasileiro], e disse a ele que ficasse ali perto esperando a sua ferramenta para o trabalho. E assim prosseguiu puxando as pessoas de todas as nacionalidades. Os índios ficaram por último.

Primeiro foram os Terena que saíram e logo ganharam suas ferramentas, todos ganharam instrumentos de trabalho e logo começaram a

trabalhar, por isso os Terena sempre viveram na roça. Da mesma forma todos os outros índios ganharam as ferramentas para trabalhar com a terra.

Por último saíram os Kadiwéu, que foram instruídos a esperar a ferramenta também e o Senhor foi ver se ainda havia mais gente no buraco, como não havia, foi buscar a ferramenta para eles e ao retornar, os Kadiwéu já tinham ido embora. Então seu líder lhes disse, vão embora entre na mata e vocês não vão precisar de nada, nada vai acontecer convosco e foi assim que ganhamos a nossa terra e até hoje vivemos na terra e dela não nos separamos porque dela saímos, somos filhos dela. (Sr. Antônio Mendes. Entrevista cedida a Rosaldo de A. Souza em 2011).

Atualmente os Kinikinau ocupam um pequeno espaço na reserva Kadiwéu na condição de protetores da aldeia, não tendo a garantia de que não serão expulsos do local. Pelo menos cinco famílias de Kinikinau já abandonaram a Aldeia São João com medo das pressões dos “patrícios” donos das terras que residem nesta aldeia. Essas pressões se fazem por meio de ameaças, quando um Kinikinau recusa a obedecê-los ou nega um favor aos mesmos. Geralmente a ameaça é que eles podem formar motins, invadir a casa, destruir todos os seus pertences e se apossarem dos animais e do local em que o ameaçado vive.

Algumas famílias Kadiwéu têm feito tentativas de impor total domínio sobre os Kinikinau. Uma dessas tentativas aconteceu na década de 2000 quando o atual cacique dessa comunidade se impôs e sob ameaças aos Kinikinau, exigiu sua eleição. Sem saída para eles, a eleição foi encerrada sem violência física, mas quem ficou na liderança da comunidade foi um Kadiwéu e continua até o presente. Os Kinikinau dizem que têm medo de se candidatarem ao cargo de cacique por que acreditam que sofrerão maiores perseguições se a comunidade votar contra o atual cacique.

Vários movimentos para fortalecimento do grupo Kinikinau tem acontecido no Brasil, porém, três deles ganharam destaque nas mídias nacionais: I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial (Olinda/ PE, 15 a 19/05/2003), Seminário dos Povos Resistentes: A presença indígena em MS (Corumbá/MS, 10 a 12/12/2003) e o *Seminário Povo Kinikinawa: Persistindo à resistência* em julho de 2004, na cidade de Bonito. Ver imagem 04 com professores da Escola Koinukunôen. Esse evento contou com apoio da Secretaria de Estado de Educação e teve grande participação dos Kinikinau por ter acontecido próximo à Aldeia São João.



Imagem 04 - Professores da Escola M. Indígena Koinukunêem durante o seminário Kinikinau em Bonito. Autor: Giovani J. de Souza. Ano 2004

Conforme a Carta de Bonito, (em anexo), um dos principais objetivos do Seminário foi exigir o reconhecimento oficial do Estado Brasileiro da etnia Kinikinau e seus direitos às terras tradicionais, historicamente ocupadas por eles.

Os processos de reconstrução identitária do Povo Indígena Kinikinau tem passado por várias etapas. Desde o tempo em que o grupo fugiu do Chaco Paraguaio até a chegada na reserva dos Kadiwéu, muitos eventos significativos aconteceram, conduzidos por eles mesmos, os quais parecem ter sido os mais merecedores de glória por ter focado a preservação e busca pela continuidade do grupo. Outros ainda que sem merecimento de glória, mas que eram conduzidos por pessoas consideradas poderosas e influentes por possuírem dinheiro. Mesmo sendo contrários, os perseguidores do grupo fazem parte do fortalecimento, pois quando se pensou que o povo havia sumido, eles estavam buscando energia em outros locais.

Em conformidade com o Portal Saúde, do Ministério da Saúde, o número de indígenas da etnia Kinikinau no ano de 2011 correspondia a 130 pessoas, no entanto JOSÉ DA SILVA e SOUZA, (2005) no site Povos Indígenas no Brasil, afirmam ser 250 o número de indivíduos Kinikinau. Esses números podem apresentar falhas devido ao fato de que muitos indígenas abandonam a aldeia para morar nas fazendas ou cidades onde conseguem trabalho.

4 Atividades desenvolvidas na aldeia

4.1 Artes

De acordo com os professores Kinikinau, apesar de todo o tempo em peregrinação, esse povo preservou grande parte de suas tradições, porém, surgiram adequações ao longo das décadas, entretanto, a arte da dança tradicional, da pintura e da cerâmica quase caíram no esquecimento. Houve necessidade dos professores se empenharem muito na luta pela recuperação dessas artes.

O professor Kinikinau Inácio Roberto, atualmente é diretor da Escola Municipal Indígena Koinukunôen, estudante de nível superior no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Povos Do Pantanal oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ele já trabalha com a Educação Escolar Indígena em sua comunidade há mais de 10 anos.

O professor comenta que trabalhar a questão cultural é uma tarefa muito complexa, mas que traz uma recompensa capaz de aliviar a alma. A seu ver, é muito gratificante olhar para as crianças fazendo apresentações culturais nos dias de festa, mais ainda é quando um adulto se disponibiliza para participar das atividades, isso chama a atenção dos visitantes e incentiva as crianças.



Figura 05 – Grafismo Kinikinau estampado nas paredes da Escola Koinukunôen. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2011.

Durante as aulas de Educação Artística, os professores ensinam as crianças a reconhecerem os desenhos e cores de sua etnia, fazendo a devida diferenciação entre as formas Kinikinau, Kadiwéu e Terena. Algumas aulas acontecem de forma prática, onde os estudantes podem ter contato direto com os materiais da cerâmica. Um ótimo exemplo desse

trabalho encontra-se estampado nas paredes da Escola Municipal Indígena Koinukunôen (Figuras 05 e 06).



Figura 06 – Visão geral da escola com as pinturas Kinikinau. Autor: Rosaldo Kinikinau. Ano 2011.

A dança Kinikinau começou a ser praticada na escola a partir da década de 1980, mas para isso houve a necessidade de chamar um indígena descendente de Kinikinau que residia na Aldeia Brejão, no Município de Nioaque. Esse indígena conhecia bem a arte da dança Terena, mas seus pais não deixaram de ensinar a ele a dança dos Kinikinau. Então, ele foi à aldeia e ensinou as crianças, professores e demais interessados em praticarem a dança.

A partir de então, os próprios professores e alguns são responsáveis pela organização das apresentações, que geralmente é composta de alunos. Nessa escola, há alunos e professores não indígenas, mas isso não causa dificuldades para os treinamentos nem durante as apresentações. Os alunos não indígenas participam muito das danças, porém os professores não indígenas raramente se incorporam ao grupo de dança.

Há duas modalidades da dança. Uma é a dança do bate-pau que é muito semelhante à praticada pelos Terena na qual em duas filas os indígenas dançam em pares conforme a música. A dança recebe esse nome porque os pares encontram-se batendo os bambus que carregam em uma das mãos, (Imagem 07).

Conforme a música, os indígenas movimentam-se ritmicamente batendo os pés ao solo e todos juntos batem os bambus nas suas extremidades superiores e inferiores causando um forte barulho que segundo os anciãos, era uma forma de impressionar o inimigo caso fossem atacados, independente de ser durante a guerra do Paraguai ou fora dela.



Imagem 07 – Alunos Kinikinau executando a dança do bate-pau na festa do dia do índio. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2003.

Como finalização dessa modalidade de dança, faz-se um ritual onde todos os pares juntam-se a um círculo e com os bambus forma-se um suporte no qual ergue-se um dos participantes simbolizando mais uma vitória daquele grupo, essa pessoa representa o vitorioso cacique que liderou o grupo. A outra é a dança da ema, onde em pares os indígenas dançam com as vestes feitas com a pena da ema e imitam seus movimentos, segundo os professores, esta dança simboliza os movimentos que seus antepassados utilizaram na Guerra do Paraguai.

Durante a festa em comemoração ao dia do índio, observou-se que diferentemente dos Terena, os homens Kinikinau dançam junto com as mulheres. Não há uma dança só para homens e outra só para mulheres. Observou-se também que raramente os adultos participam das atividades de dança cultural, (ver Figura 08).

Todas as modalidades da dança são acompanhadas por dois instrumentos musicais exemplificados na imagem 09: a caixa, que é feita de couro bovino e madeira e por uma flauta de taquara chamada de pifi. Os músicos ficam sempre na frente do grupo de dança.

No mês de abril toda a comunidade se mobiliza para organizar a festa do dia do índio. Os homens fazem a limpeza do local da festa, arrumam os barracões e cortam a lenha para preparar o churrasco. O cacique é quem conversa com os criadores indígenas e pecuaristas que arrendam propriedades dentro da reserva para arrecadar bovinos que deverão ser abatidos para a festa.



Figura 08 – Grupo de dança formado por jovens. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2012.



Imagem 09 – Instrumentos musicais Kinikinau. Flauta (Pifi) e caixa. Autor Rosaldo A. Souza. Ano 2012.

A alimentação preparada para a festa é composta de arroz, mandioca ferventada, vinagrete, sucos e principalmente o churrasco. Geralmente quem prepara o almoço são as

merendeiras da escola. Raras vezes a equipe de assadores de churrasco é substituída, ela é responsável por preparar, assar e recortar a carne.

O dia do índio é comemorado no dia 19 de abril, porém, quando essa data acontece durante a semana, nessa aldeia comemora-se no próximo fim de semana. Para que os indígenas empregados nas fazendas possam estar presentes. Essa festa é muito importante para todos os habitantes da Aldeia São João, porque é uma oportunidade para que ocorra o encontro de amigos, tanto da aldeia como os simpatizantes que moram nos municípios vizinhos e nas fazendas próximas à mesma.

O artesanato é outra modalidade artística muito expressiva e junto com o grafismo se torna um verdadeiro marco identificador desse povo. A pintura e as formas utilizadas são extremamente naturais e apresentam um significado importantíssimo para a etnia e isso as ceramistas tentam passar para as pessoas que adquirem seus produtos.

Há uma associação de ceramistas composta por mulheres Kinikinau fundada na década de 1980 e sua presidente é a Sra. Agda Roberto. Segundo a presidente, por intermédio da associação das ceramistas Kinikinau, o seu trabalho tem sido divulgado por diversos estados brasileiros.

Elas salientam que os eventos mais importantes para a divulgação da arte Kinikinau são o Festival de Inverno e o Festival da Guavira que acontecem anualmente na cidade de Bonito. Estes festivais reúnem pessoas de todos os continentes para prestigiá-los. O local onde elas vendem seus artesanatos é na praça central da cidade, espaço de grande concentração de turistas e pessoas da cidade que apreciam essas festas. .

A presidente da associação das ceramistas da Aldeia São João, Sra. Agda Roberto foi convidada para fazer uma exposição de sua obra de arte durante o módulo de aulas do mês de abril de 2012 no Centro de Desenvolvimento Sustentável, na Universidade de Brasília – UnB.

Ela acredita que pelo fato da exposição ter acontecido numa universidade de grande porte e no meio de pessoas consideradas renomadas, houve muito proveito, pois todas as pessoas que adquiriram seus produtos não são meros curiosos, mas que realmente reconhecem o valor de um trabalho que está em fase de reconhecimento, (Figura 10).

A expositora, Sra. Agda, afirma que mesmo antes da existência da associação, as ceramistas trabalhavam na confecção de potes e outras formas de artesanato feito com argila. A referida associação foi criada com a finalidade de identificar e diferenciar o seu trabalho da produção artística dos Kadiwéu que já é muito bem conhecida (ver exemplos da arte Terena, Kinikinau e Kadiwéu, conforme ordem apresentada na Figura 11).



Imagem 10 – Sra. Agda, Ceramista Kinikinau durante exposição de cerâmica no CDS. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2012.



Figura 11 – exemplos das cerâmicas Terena, Kinikinau e Kadiwéu. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2012

O grafismo Kinikinau tem alguns traços parecidos com as pinturas e desenhos Kadiwéu, porém, segundo as ceramistas, não são cópias nem imitação. São frutos da arte própria dos Kinikinau, representam os rios, as florestas, os animais e tudo o que se observa na natureza.

De acordo com JOSÉ DA SILVA, a pesquisadora e etnóloga Branislava Susnik relatou uma importante fase do cotidiano das etnias entre os séculos XVIII e XIX. Nessa época o grupo Guaná e Cadiguegodis, atuais Kadiwéu, compartilhavam o mesmo território e também cooperavam entre si com as atividades corriqueiras.

Pelos registros de Susnik, entende-se que o grupo Guaná praticava a arte da tecelagem e cerâmica e que pela convivência muito próxima, os Kadiwéu aprenderam a trabalhar muito bem com as duas modalidades da arte, aperfeiçoaram essas técnicas, especialmente a da cerâmica, tornando essa arte conhecida mundialmente pela beleza das cores e formas geométricas empregadas.

As aldeias dos Cadiguegodis não tinham localização separada das aldeias guaná; a plantação, “ittacoli”, e o lote apto para o pastoreio de cavalos, “appolicana”, se uniam; no habitat caduveo se intercambiavam a “dimi” (“casa grande de esteiras”) com as “peti” (casas comunais) Guaná. Esta estreita convivência local contribuiu para uma maior “guanização” dos elementos culturais dos Caduveos que se tornaram posteriormente excelentes ceramistas e bons tecelões. (JOSÉ DA SILVA, 2004 p. 42 apud SUSNIK, 1978, p. 11-12).

As cores usadas na pintura Kinikinau também são inspiradas nas flores, nos animais e na água. Um fator interessante refere-se à intensidade das cores. Para as ceramistas Kadiwéu, as cores estão muito relacionadas com as emoções que a ceramista vive no momento da execução da arte. Para as Kinikinau, esse fator pode até ter alguma ligação, mas elas afirmaram que isso não serve como uma referência para todas.

Em diversos momentos das pesquisas para este trabalho, foram encontradas crianças ao lado das mães ceramistas, brincando com argila e água ou outro material, conforme ilustrado na figura 12. Foi perguntado a elas se isso é uma prática comum. Elas responderam que sim e é assim que aprendem essa arte. Quando crescem só a aprimoram.

Os meninos aprendem a imitar formas de animais, meios de transportes, frutas e corpos celestes. Enquanto que as meninas fazem os potes, utensílios domésticos, flores, alguns pássaros e peixes. Vale lembrar que quando perguntado se há uma regra quanto às formas masculinas e femininas, a resposta é que não há, mas as crianças observam o que seus pais fazem. Não há homens ceramistas, mas há artesãos que trabalham com madeira, e é neles que os meninos se inspiram, salienta uma das ceramistas.



Figura 12 - Criança brincando e observando trabalho da mãe ceramista. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2012.

A matéria prima utilizada pelas ceramistas Kinikinau é coletada em locais escolhidos por elas, geralmente fazem uma avaliação de amostras coletadas em locais diferentes e aquela que apresentar as características adequadas passará a ganhar formas nas habilidosas mãos das artistas Kinikinau.

JOSE DA SILVA e SOUZA fazem um relato comparando as duas cerâmicas, uma produzida pelos Kadiwéu com toda a sua expressiva beleza e formas inigualáveis e a outra pelas ceramistas Kinikinau, que faz lembrar as formas da arte Kadiwéu. É importante salientar que as ceramistas fazem um mesclado entre as cores e formas Kadiwéu e Terena, portanto, as mesmas afirmam que o que fazem, aprenderam com as ceramistas mais antigas.

A força da identidade étnica Kinikinau está expressa e impressa na produção de cerâmicas. Dois grupos indígenas, duas tradições, a mesma região geográfica, a mesma matéria prima, praticamente o mesmo processo de fabrico. Onde estariam as diferenças entre as cerâmicas Kadiwéu e Kinikinau? Se há entre os Kadiwéu a “vontade de beleza” que transporta para o suporte representado pela cerâmica a magnífica arte da pintura corporal de outrora, há entre os Kinikinau toda a força identitária da diferenciação, uma verdadeira “vontade de diferença”. Da mesma forma que os Kinikinau transformaram uma parte da *Reserva Indígena Kadiwéu* em lugar Kinikinau transformaram agora a cerâmica ejiwajegi – autodenominação dos Kadiwéu – em Koinukunoen. (JOSÉ DA SILVA e SOUZA, 2008 p. 31).

Para as ceramistas, o trabalho de produção de artesanatos vai muito além de uma simples geração de renda. Elas afirmam que assim como os animais querem manter sua espécie ao longo das gerações, assim também, com o trabalho delas o povo Kinikinau pode ser conhecido e reconhecido em todos os segmentos da pirâmide social.

A Sra. Agda afirma que para ela o importante é que seu trabalho seja divulgado, seja com as pessoas que o adquirirem ou através das mídias, não para que saibam que tem uma ceramista Kinikinau na Aldeia São João, mas para que saibam que o povo Kinikinau está vivo e tem um endereço, ainda que emprestado.

4.2 Mitologia e religião

A aldeia dos Kinikinau tem três igrejas evangélicas em funcionamento: Jerusalém Avivamento, Deus é Amor e Assembleia de Deus. Não foi encontrada nenhuma igreja católica. Não há registros de centros espíritas ou de outras seitas. Não há pajés declarados, mas algumas pessoas fazem benzimentos para diversas enfermidades. É muito comum a automedicação com fitoterápicos entre esses indígenas. Muitos deles são ótimos conhecedores do poder curador das plantas.

Os Kinikinau acreditam em diversos fenômenos espirituais, como o Saci, que nunca foi visto, mas que causa horrores aos cachorros e cavalos à noite. À mãe dos morros que protege as matas e os animais, o pé de garrafa que passeia pelos córregos e pega crianças desobedientes aos pais.

O canto da ave Acauã, *Herpetotheres cachinnans*, causa temores em muitos anciãos por que eles acreditam que este som traz mau agouro para as pessoas da casa onde esta ave está cantando. Para espantá-la, a Sra. Ercilia usava uma palha fina de milho e sussurrando, fazia alguns nós na mesma, segundo ela, o mau agouro era quebrado e amarrado.

Outra ave muito temida é a coruja buraqueira, *Athene cunicularia*, com seu canto em forma de chiado estridente. Acredita-se que ela canta perto ou em cima da casa de uma pessoa que vai morrer muito em breve. Chamam-na de passarinho de feiticeiro, pois, segundo eles, o feiticeiro da tribo mandava esse animal avisar que em breve o feitiço chegaria àquela casa. Essa ave só canta à noite.

De acordo com os anciãos, havia um grande feiticeiro indígena que vivia entre eles. Aquele feiticeiro era um homem que mantinha contato com as forças espirituais para fazer o mal a qualquer pessoa que o magoasse ou que lhe provocasse algum tipo de inveja. Até mesmo uma boa disposição no trabalho era motivo para tal.

Conta-se que certo dia ele chegou a uma casa onde havia muitas crianças. Pediu para a mãe destas um pouco de carne, como não havia, aquela senhora lhe explicou gentilmente que poderia dar-lhe qualquer outro alimento que tivesse, mas justo naquele dia estavam sem carne para comer.

O feiticeiro agradeceu e foi embora. As crianças estavam brincando no quintal e foram atacadas por um marimbondo grande que acabou ferroando uma das meninas. Logo após a ferroada, a criança passou mal e foi perdendo as forças rapidamente. Seu pai pegou um cavalo e correu em busca do feiticeiro. Ao encontrá-lo, pediu que viesse ver sua filha que fora atacada por um marimbondo. O homem voltou àquela casa, fez um benzimento e logo a garota voltou a recuperar os ânimos. Em seguida o feiticeiro advertiu aos pais dizendo: “isso aconteceu para vocês deixarem de ser mesquinhos”.

Segundo os indígenas mais antigos da aldeia, o referido feiticeiro destruiu muitas vidas e tirou a paz de muita gente. Todos o temiam, pois sabiam que sua visita não trazia boas novas para ninguém. A paz só voltou àquela aldeia novamente após o falecimento daquele terrível feiticeiro. Atualmente as obras de feitiçarias são muito raras na aldeia Kinikinau, quem sabe fazê-las não torna público esse conhecimento, mas os indígenas afirmam que alguns moradores foram enfeitiçados recentemente e quando ocorre essa suspeita, buscam a cura nas igrejas evangélicas.

A Sra. Lúcia afirma ter sido vítima das magias do feiticeiro abordado acima. A seguir, o depoimento dessa senhora Kinikinau que afirma ter sofrido por várias décadas, mas que atualmente encontra-se curada.

Eu tive um tio que foi enfeitiçado pelo Teteu⁴. Ele fez uma coisa que o feiticeiro não gostou e, então, dentro de alguns dias, meu tio passou a reclamar de uma dor de cabeça muito forte e que cada dia ficava pior. Ele vinha visitar nós, usando um pano amarrado na sua cabeça e dizia que não suportava a dor causada pelo trepidar dos passos do cavalo. Logo ele faleceu. No mesmo tempo percebi que minha pele estava ficando muito escura e também contrai bronquite asmática. Mais um tempo depois, começaram a nascer enormes feridas pelo meu corpo todo. As partes mais afetadas foram minhas pernas. A dor era insuportável, eu ficava com febre e dores pelo corpo inteiro, não tinha ânimo para trabalhar. Tomei todos os medicamento de jujo (fitoterápicos) e que o médico mandava. Tenho muito trauma de benzetacil, pois tomei muitas caixas dessa injeção que nada resolveu. As coisas só pioravam. Um dia observei que pequenos seres vivos estavam saindo da minha pele. Tive muito medo, mas continuei a lutar contra aquela doença. Diversos curandeiros apareceram em minha casa e recitaram raizadas, que melhoravam a dor, mas não curavam as feridas. A última coisa que fiz, foi procurar uma igreja evangélica na qual recebi a benção do pastor, passei a servir a Deus naquela congregação e em pouco tempo as enfermidades desapareceram. Hoje tenho apenas as marcas das

⁴ Única referencia nominal que se conhece sobre o feiticeiro que existiu na aldeia dos Kinikinau.

feridas (cicatrices) que provam que essas palavras são verdadeiras.
(Entrevista cedida por Lúcia de Albuquerque a Rosaldo de A. Souza em 2011).

5 Alimentação

De acordo com o Programa Wajãpi⁵, toda sociedade humana passou por diversas transformações até chegar ao que é atualmente. Com os indígenas não foi diferente, apesar de que uma grande parte das etnias brasileiras preservam suas tradições, outras se adaptaram aos costumes de outros povos. Pode-se dizer que a alimentação tradicional indígena não é mais encontrada nas aldeias do Mato Grosso do Sul.

Muitos povos indígenas estão mudando rapidamente o seu modo de viver e de se alimentar. Com a entrada do dinheiro nas comunidades, as pessoas passaram a comprar muita comida industrializada, que tem conservantes, corantes, aromatizantes e outros produtos químicos. (PROGRAMA WAJÃPI, 2007. p. 33)

Ainda que os indígenas plantem suas roças e consumam alimentos produzidos por eles mesmos, há inserção de produtos oriundos das indústrias, e isso tem provocado alguns descontroles na saúde indígena, como obesidade, diabetes, alergias, entre outras.

A alimentação Kinikinau atualmente constitui-se de mandioca mansa (*Manihot utilissima*), milho (*Zea mays*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), feijão fava (*Phaseolus vulgaris* L), palmito (*Attalea Phalerata*), peixes (diversas espécies), carne bovina e de caça, açúcar e óleo de soja. Esses produtos são adquiridos na cidade de Bonito ou nas cestas alimentares oferecidas pelo Governo Estadual em conjunto com o Governo Federal.

A criação de animais domésticos surgiu pela necessidade e escassez da caça. Os primeiros animais a serem criados na aldeia foram os bovinos e os equinos. Os bovinos tinham utilidades na alimentação e transporte e os equinos serviam como transporte de cargas e pessoas. Como foi visto, o meio de transporte que usavam para grandes cargas era o carretão, um tipo de carreta de madeira puxada por bois.

O uso do arroz na alimentação indígena, especialmente dos Terena não é antiga, de acordo com Amaral & Ribas, “O arroz não fazia parte da alimentação e foi aos poucos integrado ao consumo diário” (AMARAL e RIBAS, 2011, p. 8). Portanto, ao contatar a memória Kinikinau, estes afirmam que seus pais e avós sempre mencionaram o consumo desse cereal em sua alimentação.

⁵ Programa criado para formação em Educação Indígena, voltada para a comunidade Wajãpi do Amapá. Informação encontrada em: <http://www.institutoiepe.org.br/programas-de-trabalho/wajapi.html>.

Os anciãos afirmaram conhecer várias espécies de arroz, entre eles o arroz vermelho, *Oriza sativa ssp. Japônica var. fátua*, que é muito resistente às intempéries da natureza, eles o denominam de ‘arroz bravo’, atualmente a espécie “brava” é arrancada quando percebida entre as outras plantas, pois o seu cruzamento com as demais pragueja⁶ a lavoura. Outra espécie é a *Oriza sativa ssp. Japônica var. sativa*, que produz muito bem em regiões alagadas.

Os Kinikinau são citados por VASCONCELOS, (1999), como exímios agricultores, isto é, sempre praticaram a agricultura. De acordo com os relatos dos anciãos, eles não têm lembranças de que seus pais ou avós tivessem relatado uso de máquinas de plantio de sementes ou de preparo da terra. Tudo era feito manualmente com o auxílio de ferramentas como machado, foice e enxadão. A semeadura era feita com o auxílio de um saraquá⁷, para perfurar o solo. Como a terra era farta e abundante, praticavam muito o sistema de capoeira. De acordo com ENGEL, (1999), denomina-se capoeira o local onde se cultiva por dois ou três anos consecutivos, depois disso muda-se o local das roças para o pousio da terra.

Esse tipo de tratamento com a terra é muito praticado na região amazônica, mas estende-se por todo o país, especialmente nas comunidades em que há dificuldade de acesso de máquinas e implementos agrícolas, conforme Acta Amazônica⁸, 1990:

O cultivo itinerante é a forma tradicional de cultivo da Amazônia e vem sendo utilizado há tempo, pois se iniciou com as tribos indígenas da região. Consiste em se derrubar e queimar áreas de floresta primárias para cultivar a terra por poucos anos usando cultivo de subsistência como o arroz, milho, feijão e depois deixá-la em pousio por vários anos. O número de anos de cultivo variável em função da fertilidade natural do solo, mas na maioria das vezes não ultrapassa a dois anos.

Quando a atividade deixa de ser compensadora, a área é abandonada e busca-se outra área de floresta primária.

Se o agricultor porventura não dispõe de áreas de floresta primária, passa a utilizar de floresta secundária com vários anos de pousio, a cuja vegetação denomina “capoeira”.

A implantação de cultivos requer a erradicação da vegetação que, na forma tradicional é feita com a derrubada das árvores em pequenas áreas seguida da queimada e da coivara. (Acta Amazônica, 1990, p. 19 e 20).

⁶ Este termo significa que o arroz bravo é considerado “praga”, pois tem pouco valor comercial e a população local não o aceita na alimentação. Seu cruzamento com a espécie mansa causa inferioridade e preços baixos nessa semente.

⁷ Pedaço de madeira de aproximadamente 2 m de comprimento por 5 cm de diâmetro com uma das extremidades afiadas para perfurar o solo, preparando para deposição das sementes.

⁸ Acta Amazonica é a publicação científica oficial do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA. É uma revista multidisciplinar que publica artigos científicos de colaboradores nacionais e internacionais.

Os anciãos não sabem dizer se o sistema de cultivo itinerante já era usado no Chaco Paraguai, apenas conseguem lembrar que nas terras onde viveram durante o trajeto da saída de Miranda, até a Aldeia São João, os homens sempre trabalharam em companhia de suas esposas e filhos.

Logo após a definição das moradias na nova aldeia, os Kinikinau iniciaram suas atividades econômicas. De acordo com os dados da entrevista, plantavam algumas variedades de milho conhecidas por eles, como o milho comum (*Zea mays*), o milho pintado (*Zea mays ssp. mays L.*) que apresentava várias colorações em uma mesma espiga e o milho saboró ou milho doce (*Zea mays var. rugosa*) que era muito apreciado pela sua maciez e facilidade em transformá-lo em farinha. Essa espécie de milho era usada para fazer bolos e principalmente o “pixé”, farinha torrada para comer com açúcar, mel, melaço de cana ou rapadura.

Pelo observado nos depoimentos dos indígenas Kinikinau, a alimentação desse povo sofreu sérias mudanças e as transformações ainda continuam. Atualmente os alimentos industrializados estão tomando lugar daqueles produzidos ou coletados pelos indígenas.

Conforme visto anteriormente, a carne é um item indispensável na alimentação desse grupo indígena. Os homens são habilidosos caçadores. Os animais mais apreciados na alimentação são Anta (*Hydrochoeris hydrochoeris*), Cateto (*Tayassu tajacu*), Queixada (*Tayassu pecari*), Tatu Galinha (*Dasytus novemcinctus*), Paca (*Agouti paca*) e Veado Campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*). Outros animais são caçados, mas a sua carne não é tão apreciada. Entre eles pode-se citar: as aves como a Seriema (*Cariama cristata*), as pombas (*Columba palumbus L.*), os Nambus (*Crypturellus tataupa*), as perdizes (*Alectoris rufa*), as Jaós ou Macucos (*Tinamus solitarius*), Mutuns (*Crax fasciolata*) e Jacutingas (*Pipile jacutinga*).

As principais restrições alimentares relacionados à carne de animais estão nas carnes de ofídios, anfíbios por causa do veneno que eles possuem no corpo e o Tatu peba ou Tatu peludo (*Euphractus sexcinctus*) por acreditarem que esse animal ataca os cemitérios e come os restos mortais ali enterrados.

As lavouras dos Kinikinau, para aqueles que ainda as fazem, encontram-se em locais afastados das casas, nas áreas de mata fechada, nas beiras dos córregos ou nas capoeiras, essa atividade sempre existiu como forma de suprir a família com os alimentos básicos. Raramente praticam monoculturas, sempre há mais de uma espécie de plantas juntas com a predominante. Por exemplo: numa grande lavoura de arroz é possível encontrar abóboras, morangas, melancias, milho e ao redor, algumas bananeiras.

O arrozal necessita de alguns tratamentos desde o momento do plantio até no preparo das refeições. Segundo os agricultores, é uma planta delicada. A terra para o plantio precisa

ser bem limpa, tem que ser terra nova, podendo ser cerrado, mata ciliar ou vazante, que é um terreno úmido, com no máximo dois plantios.

Após a germinação das sementes, há necessidade de cuidar para que as aves não as arranquem, logo em seguida é necessário capinar para retirar as ervas daninhas, que geralmente são capins ou brotos das árvores que foram arrancadas no momento do preparo do terreno esse processo deve ser feito pelo menos três vezes até a colheita.

Ainda, antes da colheita é necessário um intenso cuidado para que as aves não comam toda a produção. Geralmente quem cuida das lavouras contra as aves, são as crianças.

Quando o arroz está no ponto de coleta, faz-se mutirões, um vizinho ajuda o outro na colheita. Então, o arroz é cortado e empilhado para terminar a secagem. Para separar a semente da palha faz-se um muque, um tipo de suporte de madeira para bater o arroz. Quando o cereal está totalmente livre das palhas, é depositado em uma tuiá⁹ de madeira, revestida com barro e ali permanecia até o próximo ano.

Para que o arroz fique pronto para ser cozido é necessário que o mesmo seja pilado em um pilão de madeira, sob força muscular. Um pilão tem capacidade para limpar entre 0,5 a 2 kg da semente. Este utensílio ainda pode ser encontrado em diversos lares da aldeia, conforme ilustrado na figura 13.



Figura 13 – Senhora Lúcia limpando arroz no pilão. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2011

⁹ Depósito para as sementes de arroz. Artefato feito de madeira, elevado do solo através dos esteios e toda a sua parede é rebocada com argila (dentro e fora) para evitar perda da semente.

Atualmente não há grandes plantações de arroz (*Oriza sativa ssp. Japonica var. sativa*) na aldeia São João. Mas algumas famílias fazem o cultivo em pequenas quantidades. Segundo os plantadores de arroz, geralmente a semente é guardada de uma safra para outra. Quem não depende das lavouras para aquisição de alimento, adquire o produto na cidade ou nas cestas básicas oferecidas pelo governo, através do Programa de Segurança Alimentar. Os indígenas se acomodaram e muitos não querem mais plantar, pois segundo eles, não vale a pena sacrificar-se sob sol e chuva se o governo já manda o alimento pronto para ser preparado. Dessa forma, os outros itens da lavoura também deixaram de ser plantados na quantidade de que se plantava na década de 1980.

A cana de açúcar (*Saccharum officinarum L.*) é muito apreciada pelos Kinikinau e por alguns anos ela era presente nos quintais de muitas famílias que tinha um engenho. Essas famílias a plantavam com a finalidade de produzir rapadura para vender aos visitantes e para a própria comunidade.

O engenho era feito com o tronco do barú (*Dipteryx Alata*), uma madeira do cerrado e era movido por um ou dois cavalos. Este aparelho também pode ser encontrado na aldeia, conforme mostrado na figura 14.



Figura 14 – Engenho para moagem da cana-de-açúcar – Autor: Desconhecido. Data aproximada: década de 1980.

De acordo com a pesquisa, a cana-de-açúcar era plantada sem muitos cuidados, ela produzia bem na terra da aldeia. Não havia necessidade de irrigação mecânica nem de uso de fertilizantes industrializados.

Os Kinikinau costumam levantar muito cedo para cuidar dos animais, pois é muito comum encontrar criações de galinha (*Gallus gallus domesticus*) e galinha da angola (*Numida meleagris*), suínos (*Sus domesticus*), equinos (*Equus ferus caballus*), ovinos (*Ovis aries*) e bovinos (*Bos taurus taurus*). Os cães (*Canis lupus familiaris*) e gatos (*Felis silvestris catus*) são encontrados em todas as casas.

Tradicionalmente logo após o amanhecer, as famílias se reúnem para tomar o chimarrão, uma prática adotada através do contato com os paraguaios. É também chamado de mate e os anciãos ainda se reúnem para tomar o mate da meia-tarde, conforme figura 15, outros tomam mate à noite, como forma de socializar as tarefas ou acontecimentos daquele dia. Essa bebida é feita com a folha da planta *Ilex paraguayensis*.

As refeições mais importantes são três: o quebra-torto que é uma refeição forte no lugar do café da manhã para quem sai cedo, antes das seis horas, para a luta no campo ou na roça. Para quem não sai tão cedo, o quebra-torto é às nove horas da manhã. O almoço ocorre ao meio dia e o jantar é bem no final da tarde ou logo que escurece.



Figura 15 – Mate quente da tarde – Recebendo visitas. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2010.

O quebra-torto geralmente é uma comida com rápido cozimento como o arroz a carreteiro que é composto de carne seca picada, bem frita, com arroz, acrescenta-se temperos na medida da disponibilidade dos produtos.

O almoço recebe alguns reforços a mais que o quebra-torto. Pode ter feijão com mocotó, pele de porco, guisado de mandioca com carne de frango ou bovina, aliás, conforme dito anteriormente, a carne não pode faltar na refeição Kinikinau. Não há nenhum ritual que anteceda as refeições, ela começa logo que a cozinheira anuncia que a comida está pronta.

A alimentação servida no jantar é bem parecida com aquela servida no almoço, pois os indígenas geralmente trabalham muito durante a tarde, então, necessitam de reposição energética à noite para que tenha boa disposição no dia seguinte.

Existem vendas de produtos industrializados dentro da aldeia e isto facilita o consumo desses alimentos pelas crianças. Geralmente são vendidos biscoitos doces, balas, bombons, refrigerantes, chicletes, leite condensado, doce de leite, paçoquinha de amendoim, mortadela, e outros petiscos.

Os produtos industrializados são uma ameaça para a saúde de uma população. De acordo com ROSALEN, (2007) a ingestão desses produtos pode acarretar em obesidade, diabetes e outras doenças:

[...]Alguns índios também vão muito para a cidade para participar de reuniões, fazer estágios ou trabalhar nas organizações indígenas e acabam se movimentando muito pouco. Na cidade eles comem muitas vezes por dia, só que alimentos industrializados ou alimentos pouco saudáveis como salgados fritos, suco com muito açúcar, sorvete, biscoito, doces, etc. Quando passam muito tempo na cidade, os índios acabam engordando muito [...]. (ROSALEN, 2007, p. 53)

Mesmo com a acomodação dos indígenas da Aldeia São João, o abandono da tradicional lavoura, não é uma atitude de, toda a população, pois na casa de um ancião, Sr. Ezidio, que vive sozinho podem-se encontrar diversas plantas. Este indígena vende os produtos de sua roça para os demais membros da comunidade.

Segundo o Sr. Ezidio, mesmo recebendo a cesta do governo, continuará plantando sua roça, pois é uma forma de arrecadar dinheiro e também garantir a boa qualidade na alimentação. Não faltam alimentos para seus animais e nem para os vizinhos.

6 O uso do mel na alimentação Kinikinau

O mel é um produto de uso milenar na alimentação do homem, conforme encontramos registrado na Bíblia sagrada, no livro de Salmos do Rei Davi, capítulo 81, versículo 16: “E o sustentaria com o trigo mais fino, e o fartaria com o mel saído da rocha”. Esse produto ganhou prestígio e vem sendo utilizado cada vez mais pelas novas gerações com diversas finalidades.

SAKAMOTO, GOMES E FARIA (2005), salientam que o uso do mel na alimentação humana contribui para o desenvolvimento e equilíbrio biológico por ser um alimento saboroso, de fácil digestão e rico em nutrientes capazes de gerar energia para o desenvolvimento das atividades cotidianas.

O consumo do mel não é diferente nas comunidades indígenas do Brasil. De acordo com o SEBRAE, há grande produção, consumo e comercialização de mel por indígenas residentes no Parque do Xingu.

De acordo com os indígenas Kinikinau, eles sempre fizeram uso desse produto com diversas finalidades, entre elas a alimentação e produção de remédio. Esse povo é conhecedor das diversas espécies de abelhas existentes na região do pantanal, parte Oeste de Mato Grosso do Sul.

Podem-se encontrar várias espécies de abelhas aqui na floresta da aldeia, confirmam os indígenas, mas nem todas produzem bons méis e outras são muito agressivas. Um exemplo de abelha agressiva, porém, sem ferrão é a abelha bota-fogo (*Oxytrigona tataira*), que ao ser ameaçada, libera ácido fórmico, causando sérias lesões, porém o seu mel tem ótimo sabor. Os meladores¹⁰ indígenas afirmam que se a enzima dessa abelha for ingerida, provocará uma doença de pele parecida com o Fogo Selvagem.

A cera extraída das colmeias foi muito utilizada até o século passado na confecção de velas, pois não havia iluminação elétrica nas casas dos indígenas. Geralmente fervia-se a cera da *Apis mellifera* e extraia-se a parte gordurosa para confecção dessas velas. Ceras de outras abelhas que não necessitam ser fervidas também eram utilizadas.

Os indígenas mais antigos usavam tomar o mel, geralmente da *Apis mellifera*, com a gordura da anta, (*Tapirus terrestres*), como forma de garantir saúde e longevidade. Também usam o mel da jataí (*Tetragonisca angustula angustula*) como anti-inflamatório nos ouvidos e olhos.

Durante as pesquisas na aldeia, foram encontradas as seguintes espécies de abelhas: Jataí (*Tetragonisca angustula angustula*), Bota-fogo (*Oxytrigona tataira tataira*), Sanharão (*Trigona truculenta*), Borá-amarelo (*Tetragona quadrangula*), Manduri (*Melipona marginata Lepeletier*), Oropa (*Apis mellifera*), Tiquira (*Melipona Lateralis*), Lambe-olhos (*Leurotrigona muelleri*) e outras que não são identificadas pela população.

¹⁰ Pessoas que extraem mel nas matas sem uso de equipamentos de proteção. Utilizam-se apenas a fumaça de folhas secas queimadas e machado para cortar a árvore na qual a colmeia está disposta.



Imagem 16 – Vegetação da Aldeia São João. Autor: Rosaldo A. Souza. 2011

A vegetação na qual a aldeia dos Kinikinau encontra-se inserida é o cerrado, cuja diversidade biológica é muito abundante. Flores e frutos são observados praticamente durante o ano todo. Por isso os apicultores acreditam que não é necessário o plantio de novas espécies de flores melíferas.

Devido à vasta diversidade florística no local, torna-se difícil especificar de qual florada pertence uma determinada colmeia. Porém, algumas espécies vegetais se sobressaem na quantidade de flores em épocas diferentes, mesmo assim, não há como determinar se o mel produzido naquela época é extraído de apenas uma espécie de flor.

A exemplo de floradas, pode-se citar a assa-peixe (*Vernonia polysphaera*) como uma planta com floradas durante o ano todo, jatobá (*Hymenaea stilbocarpa*), entre os meses de setembro e outubro, Ipê-amarelo (*Tecoma longiflora*), Ipê-branco (*Tecoma Alba*), Ipê-roxo (*Tecoma heptaphylla*) apresentam floradas nos meses de junho a setembro, guavira (*Camponesia cambessedeani Berg*) cuja floração é observada nos meses de setembro e a coleta dos frutos é feita em novembro. As abelhas melíferas apreciam muito a flor e o fruto da guavira.

Atualmente são cinco apicultores na aldeia e a produção de mel é destinada para o consumo familiar e vendas em pequenas quantidades, auxiliando na geração de renda dessas famílias. As condições para uma produção em grande escala ainda são precárias, pois, a associação que recebia verbas para a manutenção dos apiários encontra-se inadimplente com os bancos e fornecedores.

Foi perguntado aos apicultores quais são as principais dificuldades para aumentar a produção de mel. Eles responderam que a falta de recursos financeiros é maior de todas as dificuldades, depois vem a dificuldade de transporte e de acesso ao local. “não é fácil levar o

mel para vender na cidade, essa dificuldade acarreta em encarecimento do quilo do produto” afirma o apicultor Cirilo Souza.

Também afirmam que a falta de parcerias para confecção das caixas para colmeias tem sido um dos motivos pelo qual alguns apicultores desistiram da atividade. Outros ainda tentam manter os enxames nas velhas caixas, mas sem uma boa produção.

Todos os apicultores têm interesse em ampliar a produção do mel para que juntamente amplie suas gerações de renda, pois o produto tem grande aceitação nos mercados das cidades vizinhas. Um dos grandes desejos dos apicultores é poder vender o mel para uso na merenda escolar das crianças Kinikinau. Acredita-se que dessa forma, a tradição poderá ser melhor divulgada entre a comunidade escolar, onde todos passam boa parte de suas vidas.

7 Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade na reconstrução identitária Kinikinau

Desenvolvimento Sustentável é um tema muito complexo e abrange diversos setores na esfera global. Ele compreende um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado. Que seja suficiente para satisfazer as gerações atuais sem que comprometa o mesmo processo para a população do futuro.

A Sustentabilidade comporta certa dimensão da esfera. No caso deste trabalho, três aspectos estão inseridos: cultural, ambiental e econômico. Conforme descrito anteriormente, busca-se a manutenção e revitalização dos costumes tradicionais desse povo que apesar de todos os incidentes de percurso, encontra-se com muita força de vontade na luta pelos seus direitos. Essa forma de pensar dos Kinikinau é sustentabilidade, pois usufruímos o que temos na cultura, na preservação do ecossistema local e no modo de vida populacional pensando que as próximas gerações poderão encontrar um ambiente parecido com o que temos atualmente.

Durante a realização desse trabalho, observou-se que nem todos os indígenas cooperam para a conservação, principalmente a questão ambiental. Algumas espécies vegetais sofrem grandes perseguições que estão chegando a se tornar raras nas matas da aldeia. Faz-se necessária uma intervenção da própria liderança e professores para que as consequências futuras sejam minimizadas.

Até cerca de uma década atrás, podia-se considerar que o local Kinikinau encontrava-se em uma área de cerrado muito bem preservada, portanto, com o passar dos anos, as novas tecnologias foram ganhando maior facilidade de aquisição e os indígenas passaram a utilizá-las de forma desordenada.

A lenha e madeiras para as construções eram extraídas com machados e cunhas de ferro, com a chegada das motosserras, a atividade extrativista ganhou reforço, pois ao invés de continuar a utilizar da madeira apenas para uso em forma de subsistência, passou-se a derrubar e vender madeiras para outros indígenas e para os fazendeiros da região, sendo muitas vezes advertidos pelos órgãos competentes.

De acordo como os indígenas, alguns ambientalistas das cidades próximas e os professores da aldeia tem feito muito esforço em conversar com a comunidade a respeito da destruição das florestas. O principal argumento, segundo eles, é tomando como exemplo o Rio Aquidabã que há cerca de duas décadas tinha uma grande riqueza de peixes e muita água e que atualmente, é um rio temporário, com água apenas na época das chuvas que vai de dezembro a março, isso prejudicou muito os moradores ribeirinhos.

Em uma das pesquisas de campo, pode-se verificar que o lado esquerdo do Rio Aquidabã que margeia a Aldeia São João, tem apenas uma faixa de mata ciliar deixada pelos fazendeiros. Supostamente o fator que tenha causado o assoreamento desse rio foi a destruição de longas faixas de floresta para o plantio de pastagens. Esse desmatamento ocorre desde sua nascente, na Serra da Bodoquena e acompanha toda a sua extensão.

O contínuo ato de desmatamento do lado externo da aldeia e a crescente chegada de motosserras na mesma poderão acarretar em breve, no desaparecimento da água. Muitos moradores do local informaram que até mesmo as pequenas fontes, antes utilizadas para coleta de água, suficiente para abastecer uma família e seus animais, atualmente encontram-se muito precárias. Segundo eles, em anos que a precipitação pluviométrica é pequena, tanto pessoas como animais sofrem com a estiagem.

Outro problema voltado para as questões de sustentabilidade refere-se ao trabalho de coleta de mel. De acordo com o que foi dito anteriormente, há os apicultores e os meladores, conforme os próprios indígenas. A diferença está na forma de trabalho. O trabalho dos meladores limita-se à retirada do mel e abandono do enxame à mercê da sorte destes, conforme exemplificado na Figura 17.

Diante da percepção por parte de um grupo de meladores, de que estava havendo desrespeito com a vida das abelhas, passou-se a pensar em preservá-las trazendo seus enxames para perto de suas casas, conforme Figura 18. O trabalho deu certo e outros passaram a fazer o mesmo. Como resultado, observou-se que já é possível encontrar muitas colmeias de *Apis melífera* por toda a mata da aldeia.

Cada vez que um coletor de mel vai à mata, derruba-se uma árvore ou mais, é necessário atear fogo nos arredores da mesma onde a colmeia está disposta, pois esta é uma

forma tradicional de acalmar as abelhas por meio da fumaça. Até pouco tempo, cerca de uma década, todo o mel coletado pelos Kinikinau saía das matas.



Figura 17 – Extração do mel direto na mata. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2011



Figura 18 – Criame de abelhas em caixas. Autor: Rosaldo A. Souza. Ano 2011

Para iniciar o trabalho de criação de abelhas em caixas, indígenas apicultores buscaram parcerias junto ao IBAMA que prontamente os apoiou com cursos de capacitação, equipamentos e as primeiras caixas para a produção do mel.

A década de 1990 foi marcada pelo início das parcerias do IBAMA com os indígenas interessados em criar uma associação de apicultores na Aldeia São João. Como a aldeia já possuía uma associação de moradores, alguns recursos foram destinados a esta entidade com o qual foram adquiridos materiais para construção de uma casa de beneficiamento do mel, uma centrífuga e diversos equipamentos para uso exclusivo dos apicultores.

O recurso para execução do projeto inicial veio do Projeto Carteira Indígena, que é uma ação do Governo Federal, cuja principal finalidade é contribuir para a gestão ambiental das Terras Indígenas e a segurança Alimentar e Nutricional das comunidades indígenas em todo o território nacional.

Atualmente os apicultores encontram-se em dificuldade de aumentar a produção do mel, tendo em vista que a madeira utilizada na confecção das caixas para colmeias estão se deteriorando e a associação da aldeia caiu em inadimplência, acarretando em dificuldades de aquisição de verbas oriundas de projetos para manutenção das mesmas.

Em uma das viagens à aldeia, verificou-se que a casa de beneficiamento do mel está abandonada e sofrendo depredação por vândalos. Uma das portas está arrombada, o vaso do banheiro está quebrado e outros danos podem ser observados no prédio.

A centrífuga e outros materiais encontram-se em diferentes residências sem os cuidados apropriados para sua boa conservação. Entretanto há alguns apicultores que zelam muito bem dos materiais adquiridos para o manuseio do mel.

Para os apicultores indígenas, as condições ecológicas e geográficas são favoráveis à criação de abelhas em caixas, mas, para continuar a produzir o mel em suas propriedades, é necessário que novas parcerias sejam formadas, portanto, para isso é necessário que os associados redefinam a situação da associação a que eles pertencem ou que seja criada outra.

Um bom exemplo de parceria foi apresentado pelo apicultor indígena Joel Marques da Aldeia Cabeceira em Nioaque. Este indígena relatou que a Associação dos Apicultores daquela região fez um projeto junto à FUNAI onde este órgão autorizou o aproveitamento de madeiras secas para venda no comércio local. Como forma de pagamento, as madeiras confeccionaram e entregaram caixas prontas para capturar enxames de *Áppis melífera*.

A cultura Kinikinau é outro tema que precisa ser tratado dentro das questões da sustentabilidade. Pois, tudo o que existe corre o risco de cair no esquecimento e vir a acabar. LOUREIRO e CALOU comenta que “se um sistema é sustentável, então ele é durável, por

que é capaz de se auto-organizar, de se reproduzir, enfim, de autocriar condições para sua continuidade”, (LOUREIRO e CALOU 2007, p. 3 apud Sachs, 1992).

Diversos fatores dentro da comunidade devem estar unidos para manter viva a cultura do povo. Os artistas que embelezam os artesanatos, que abrilhantam os dias de festas com as pinturas corporais, os músicos que dão o ritmo das danças com seus instrumentos sonoros, os conhecedores do poder curador das plantas que aliviam muitos sofrimentos em momentos de desespero, quando não há meios para buscar socorro na cidade.

Para que as tradições de um povo sejam sustentáveis, todos os segmentos acima descritos devem buscar harmonia entre si, evitando discórdias. Um provocador de muitas perdas culturais entre os indígenas Kinikinau tem sido as igrejas, aliás nem todas, mas segundo eles, alguns líderes religiosos os impedia de participar das atividades culturais, alegando que para alcançar o galardão (céu) todas as práticas antigas deveriam ser abandonadas e que a partir da sua conversão, só deveriam fazer o que o que fosse lícito, segundo o pastor.

A arte da cerâmica em conjunto com o grafismo Kinikinau são dois ingredientes que adicionados ao mel, podem se tornar fortes fontes de recursos para manutenção da associação, suprir as necessidades das famílias das ceramistas e apicultores. A cerâmica como rótulo enfeitando os potes de plástico no qual o mel é envasado, formam uma magnífica união capazes de promover a divulgação do nome Kinikinau por lares nacionais e internacionais. Esse é um projeto a ser discutido e desenvolvido em conjunto com a comunidade como forma de sustentabilidade sociocultural onde estará promovendo a revitalização do nome de um povo que esteve esquecido por longas décadas.

8 Conclusão

O espaço em branco deixado na história dos Kinikinau vai muito além de uma estratégia de sobrevivência, ela supera qualquer conto que a literatura já registrou. Tendo eles renascidos das cinzas como a Fênix do Egito, agora lutam na condição de vivos e reais guerreiros.

Juntos, os Kinikinau residentes na Aldeia São João, formam uma equipe para continuar a luta dos antigos valentes guerreiros, dos quais podem-se mencionar os anciãos Leôncio Anastácio e sua irmã Ercília Anastácio que muito contribuíram com suas já debilitadas forças físicas, na década de 1990, levantando os braços e gritando que não eram e nem queriam ser Terena, mas sim, Kinikinau.

Somando forças encontram-se pesquisadores de diversas áreas acadêmicas dispostos a uma queda de braços com violentos inimigos, capazes de resistir até o último momento da luta. Alguns dos adversários estão geograficamente bem próximos, enquanto outros estão mais distantes, porém, são eles que decidem se temos ou não o direito à terra que esperamos ser o item essencial para que definitivamente a identidade Kinikinau ganhe novas cores.

O espaço no tempo em que a história não os registrou, pode ter ficado em branco na memória dos não indígenas e de outras etnias que tiveram mais sorte em garantir a posse de suas terras, mas na memória Kinikinau, o espaço está totalmente preenchido. Tanto é que hoje podem contar a sua própria história, como indígenas que vivem dentro de um território que para quem nasceu ali, é o espaço sagrado. É dali que tiram o seu sustento, é ali que estão suas caças, o mel e o peixe do qual se alimentam e até seus entes queridos estão ali.

Há uma grande esperança por parte da comunidade Kinikinau que possam viver em uma terra onde sejam livres para criar os animais e não sofrerem ameaças, onde possam plantar e colher com a certeza de que serão felizes e garantir a tranquilidade para a futura geração. As crianças e jovens de hoje serão os futuros historiadores desse povo que poderá encontrar registros com muito mais facilidade que atualmente.

O tempo ainda não conseguiu apagar as marcas de sangue dos valentes guerreiros defensores da nação Guaná, entre eles menciono Pacalalá, que bravamente defendeu seu povo até que a força inimiga, mais poderosa, o debruçou para sempre na terra, forçando os seus seguidores a fugirem desorientados, porém, unidos e com a esperança de retornar à sua terra tradicional.

Assim estava Pacalalá naturalmente indicado para assumir a chefia de sua gente numa emergência grave como a que ocorrera da invasão paraguaya. E os acontecimentos justificaram plenamente a confiança depositada em sua inteligência, coragem e espírito de energia e decisão.

Sem perda de tempo, ordenou o abandono total de aldeia. Às mulheres, crianças e velhos, carregados de tudo quanto havia de transportável, mandou que tomasse o caminho do porto de Canuto, no rio Aquidauána, d'ahí a oito léguas. Tratariam, depois, de embrenhar-se na serra de Maracajú, coberta de quase impenetrável mata [...].

Mas, quando o inimigo, assustado, batia em retirada, carregando os feridos e mortos e certo de se haver batido com uma horda inteira de endemoninhados, não pode o jovem e heroico Kinikinau, cantar vitória (TAUNAY, 1931, p. 30 e 41).

Atualmente, não pertencemos a um povo sem terra, mas ao mesmo tempo não a temos, não alugamos ou arrendamos a terra em que vivemos, e, sim, usufruímos de suas riquezas de forma emprestada. Não há um Kinikinau sequer que diga que não gosta de viver na Aldeia

São João, mas o que nos incomoda é sabermos que temos o mesmo direito que as outras etnias de termos o nosso local próprio, onde possamos chamá-lo de Terra Kinikinau.

Os ingredientes para o fortalecimento da reconstrução identitária estão bem presentes dentro da própria comunidade Kinikinau. As forças que se unem para tal realização são: a Escola, os acadêmicos Kinikinau, os músicos do grupo de dança Kinikinau, as ceramistas, os apicultores e demais membros da resistente etnia. Todos estão envolvidos no processo de sustentabilidade identitária, tendo em vista que para seu fortalecimento, ela precisa ser muito bem divulgada.

Em questão de divulgação, quem tem feito muito bem esse papel, são as ceramistas, verdadeiras artistas embelezando e dando forma à argila e as erguendo às estantes de muitas casas pelo nosso planeta.

Ao som do pifi e da flauta os músicos dão vida àquilo que por muitas décadas foi história sem muito impacto, pois se tratava de um povo derrotado e esquecido no tempo. Cada passo do grupo de dança traz à tona uma lembrança, e ao mesmo tempo um espírito revitalizador, que chama o povo Kinikinau novamente para a luta que se baseia no fato de que não foi encontrado nenhum relato histórico que registrasse uma invasão de terras por parte dos Kinikinau.

Entendemos que o Brasil é um país farto em leis que regulamentam toda e qualquer ação do seu povo. A nossa grande esperança está na justiça, não na invasão de terras ocupadas por pecuaristas. Ainda que os registros históricos apontem que há uma terra tradicional e que esta fora tomada à força para beneficiar uma classe social, onde seus componentes são considerados “gente mais importante”, o que gera desenvolvimento para o estado.

Não é de se assustar que o desenvolvimento que se ensina pelos fazendeiros é sinônimo de morte, é a destruição dos mananciais, o extermínio de florestas, o assoreamento dos rios que conseqüentemente apaga a bela imagem dos peixes que dependem deles. Para onde vão os animais que dependiam das florestas vítimas desse progresso?

A Escola tem seu papel fundamental na formação das crianças, não só na leitura e escrita, mas muito mais no reconhecimento de sua própria identidade, na valorização de suas tradições, conscientizá-las de que pessoas que viveram antes delas devem ser valorizadas, pois, se elas tivessem desistido de lutar, certamente não teríamos histórias para contar.

Cada pessoa que a escola da vida forma é responsável pela propagação dos conhecimentos, bem como projeções de alternativas sustentáveis para manutenção e preservação de tudo aquilo que o povo local considera importante. O cuidado com a mata e

sua diversidade biológica é tão importante, pois, caso contrário todos os seus habitantes, incluindo o homem, sofrerão consequências irremediáveis.

Apesar de considerados extintos, os pesquisadores admitiram que houvesse remanescentes em algumas aldeias, confundidos com outras etnias. Essa condição permitiu a eles continuarem sendo chamados de índios até o presente.

Constava-se, assim, que os Guaná, enquanto um grupo constituído pelos subgrupos Terena, Kinikinau e Layana, havia desaparecido; em seu lugar surgia o grupo Terena que seria o resultado da fusão daqueles subgrupos. Englobados, os Kinikinau teriam desaparecido, restando apenas alguns remanescentes na Aldeia de Cachoeirinha. Deixando de ser reconhecidos como um grupo étnico, afirmava-se a sua condição de “remanescente”, noção que, embora carregada de tons negativos, permitiu de alguma forma que eles fossem considerados como índios, descendentes de grupos extintos, portanto com certos direitos. No interior de um contexto teórico, caracterizado pelo predomínio da noção de cultura como algo dilapidável, os Kinikinau aparecem como os demais remanescentes, como “uma espécie de índios caídos do nosso céu de mitos nacionais e acadêmicos (...) aos quais se reconhecem profundas e talvez irremediáveis perdas culturais” (CASTRO 2011. p. 269, apud Arruti, 1997: 9).

Um dito popular diz que a esperança é a última que morre, portanto, nós Kinikinau afirmamos que a nossa esperança nunca morrerá. Os sonhadores por uma terra própria estarão ressurgindo a todo tempo, em cada criança que recebe sua educação familiar e escolar. Cada professor indígena que atua como um verdadeiro militante, encarregado de mostrar o verdadeiro valor de ser indígena e que essa condição não o torna menor que nenhuma outra etnia ou classe social.

7 Referências bibliográficas

ACTA AMAZONICA. **Consequências do cultivo e do pousio sobre a matéria orgânica do solo sob a floresta natural da Amazônia oriental.** Disponível em: <<http://acta.inpa.gov.br/fasciculos/20-4/PDF/v20n4a03.pdf>>. Acessado em 20/dez/2012.

BERGAMASCHI; GOMES. **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural.** Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/bergamaschi-gomes.pdf>>. Acessado em 22/dez/2012.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. Viagem de Cuyabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 1846. Revista trimestral de historia e geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: João Ignacio da Silva, t. 9, p. 376-397, 1869.
(<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guato/print>)

VILHARVA, Shirly. Kinikinau: Valorizando a História e a Pedagogia de um Povo. Carta de Bonito. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade.** 1ª ed, Março de 2007 Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=57>>. Acessado em: 10/nov/2012.

CASTRO, Iara Quelho de. De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência, 2011. 347 p. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas SP.

SILVA, GOVANI JOSÉ DA; SOUZA, José Luiz de. **Kinikinau.** Instituto Socioambiental Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil, 2008 -. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kinikinau/print>>. Acessado em 15/nov/2012.

BRASIL. Lei nº 6.001/73 de 19 de Dezembro de 1973. **Estatuto do Índio.** Disponível em <http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/estatuto_indio.html>. Acesso em 20/dez/2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.645/2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acessado em 20/dez/2012.

GRAHAM, L. **Xavante.** Instituto Socioambiental. Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil, 2008. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xavante/print>>. Acessado em: 19/jan/2013.

LOUREIRO, Camila; CALLOU, Angelo Brás F. Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade: **o ponto de Cultura no Sertão Pernambucano (Brasil).** Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 8, nº 2, setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n2/a08v08n2.pdf>>. Acessado em 02/dez/2012

NORÁ, P. Entre Memória e história: **a problemática dos lugares.** Projeto história. São Paulo, 1993. Revista do programa de estudo dos pós graduados em história e do departamento de história PUC/SP. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acessado em: 17/dez/2011.

OLIVEIRA, R. C. Do índio ao bugre: **o processo de assimilação dos terena**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Portal Saúde - População Indígena. Disponível em:

<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/etinia_dsei_ms_sesai_2011.pdf>. Acessado em 15/nov/2012.

ROSALEN, J. **Alguns conhecimentos sobre alimentação**. Programa Wajãpi. (Parceria Iepé - Apina). Projeto “Fortalecimento cultural e sustentabilidade na produção e consumo de alimentos dos Wajãpi do Amapari (AP)”. (Iepé – Ministério do Desenvolvimento Agrário). Coordenação: Lúcia Szmrecsányi. Brasília – DF, 2007. 70 p.

SAKAMOTO, Arthur Henrique; GOMES, Maria de Fátima Falcão; FARIA, Fábio José Carvalho. **Análise físico-química do mel comercializado no município de Campo Grande – MS. Anais do ZOOTEC’2005** - 24 a 27 de maio de 2005 – Campo Grande -MS. Disponível em: <<http://www.abz.org.br/publicacoes-tecnicas/anais-zootec/artigos-cientificos/pequenos-animais-domesticos-silvestres/22521-Anlise-fsico-qumica-mel-comercializado-municipio-Campo-Grande-MS1.html>>. Acessado em 19/out/2012.

SALMOS : In: **A Bíblia anotada**: tradução Almeida, revista e atualizada. São Paulo: Mundo Cristão, 1969. 1835 p.

SEBRAE - Alternativas econômicas para os povos tradicionais. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/exibeBia?id=4057>>. Acessado em: 24/Ago/2012.

SILVA, G. J. DA; SOUZA, J. L. DE. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. **Sociedade e Cultura**, V. 6, n. 2, Jul./Dez. 2003, P. 199-208.

_____. História, etnicidade e cultura em fronteiras: Os Kinikinau em Mato Grosso do Sul. In: ROCHA, L. M; BAINES, S.G. Transnacionalidade, Etnicidade e Identidade em Regiões de Fronteira. **Fronteiras e Espaços Interculturais**. Ed. Da UCG: Goiânia, 2008. p. 21 – 36.

SILVA, Giovani José da. A Construção Física, Social e Simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): **memória, identidade e história**. Dissertação de Mestrado em História, UFMS-Dourados, 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000307.pdf>>. Acessado em 03/dez/2012

SOUZA, Ilda de. Koinukunoe Emo’u. A língua dos Kinikinau. 2008, 196 p. **Tese** (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas. Campinas SP.

TAUNAY, visconde de (Alfredo d’Escragnole), visconde de. **Entre os nossos índios**: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaicurus, caingangs. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931. p. 134.

_____. Ierecê a Guaná. São Paulo: Iluminuras, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992 385 p.

VASCONCELOS, C. A. de. A questão indígena na província de Mato Grosso: **conflito, trama e continuidade**. Campo Grande: UFMS, 1999.

8 ANEXOS

Anexo A - Carta de Bonito

CARTA DE BONITO

Aos dezesseis, dezessete e dezoito dias do mês de junho de 2004, no Hotel Pousada Águas de Bonito, no município de Bonito, MS, por promoção da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), com recursos do Programa Fome Zero, reuniram-se membros da sociedade indígena KINIKINAU, o antropólogo Giovani José da Silva (Unesco/UFMS), o sociólogo José Luiz de Souza (UFMG/Capes), as linguistas Ilda de Souza (Unicamp) e Valéria Guimarães (UFMS), o diretor do Campus de Três Lagoas (UFMS) Dr. Dercir Pedro de Oliveira, sob a coordenação da Professora Miriam Moreira Alves (técnica da SED/MS) para participarem do *Seminário Povo Kinikinau: persistindo a resistência*, com os seguintes objetivos:

1. Exigir o reconhecimento oficial do Estado brasileiro da etnia KINIKINAU e o direito desta etnia às terras tradicionais, historicamente ocupadas pelo grupo;
2. Requerer o início dos processos de identificação e delimitação das terras tradicionais;
3. Estabelecer que o etnônimo do grupo passa a ser KINIKINAU, com base em documentação histórica;
4. Reconhecer o direito das famílias KINIKINAU, residentes em outras localidades, além da aldeia São João, às terras tradicionais.

Bonito, 18 de junho de 2004.

Ronaldo de Albuquerque Souza - Vice-Algarismo
 Agostinho F. Rosa, Fabiano Farias, José Ilário
 Heltonete Mattos da Silva, Sueliana Ap. (Fernanda) Reis
 Edinilde Oliveira, José Elias Moreira Albuquerque, Mariana
 das Doenças Rebelo, Leonardo Amador
 Giacatan Florio, Agui da Roberto
 Inacio Elias, Elisângela Reis, Zegerina
 euberagias Inacio Roberto, Rogério A. Fernandes
 Rosilene Rebelo, Fernandes
 Gilson Roberto, FLORES
 Romão Fernandes
 ZILTON MATOS DA SILVA JUNIOR José-José de Souza
 EVANDRO HARIEN ANIL ROQUE
 Miriam Moreira Alves
 Guaranã da Silva
 Ilda de Souza
 Valéria Guimarães de Carvalho Faria
 Eida/Salvador Moreira

Em tempo, registramos que estiveram presentes também ao Seminário Shirley Vilhalva (SED/MS), Alcery Marques Gabriel (SED/MS), Wanderley Dias Cardoso (SETASS/Programa Fome Zero), Olívia Valdez Silveira (SED/MS), Sônia Maria Codorniz Costa (Sec. Mun. de Educação de Porto Murtinho), Nilza Catalina Silva (Sec. Mun. de Educação de Porto Murtinho), Iara Quelho de Castro (UNICAMP) e Selma Viviane Benedita Rodrigues (Sec. Mun. de Bonito).

Anexo B.

Palavras do Indígena Terena Lisio Lili¹¹, salientando que se os Terena tivessem sido solidários com os Kinikinau, estes não teriam chegado a ser considerados extintos e nem ficariam sem território.

“Essa forma de se colocar presente, existente na Sociedade Nacional, outras tribos, outras etnias, elas procuraram outros caminhos. Eu lembro que outros povos apresentavam prá FUNAI documentos, dizendo: “— Olha, eu existo e eu quero reivindicar o meu território” e o Rosaldo, ele tá me ensinando, inclusive, passo a ser discípulo dele porque eu tinha uma certa ideia equivocada da academia. Eu por exemplo, professor, não fiz o ensino superior porque eu pensava que eu precisava de ter uma escola nossa dos índios, que não era, como o senhor disse mesmo, colonizadora, que não fosse impositiva, que não trouxesse a cultura europeia, mas que trouxesse a nossa escola e nós esperávamos isso e eu pensava: “eu não vou fazer essa faculdade.” Eu fiz dois ou três semestres de Geografia e lá eu tive uma ocasião especial, mas eu pensei, mas ele não está me ensinando nada do que eu penso, do que eu gostaria de que acontecesse. E eu acho a sociedade, Rosaldo, ela, isso, nós estamos pensando em entender bem isso, nós temos uma natureza própria, diferente e a gente fala prática. Todo mundo discute isso, mas gente não entende muito o que que é ser prático e eu algumas vezes, tenho percebido pela nossa natureza, como nós não somos muito de escrever logo não somos muito de estar pensando. Eu sempre penso assim: os índios são práticos porque quando eles pensam alguma coisa, logo fazem. Digamos, se ele casou, ele pensa: vou ter um filho. E ele vai precisar de uma casa e ele vai ter que construir e ele [...].

O filho cresceu, o filho casou, ele já programa a construção da casa. Não tem aquele processo natural do homem branco, tipo, onde que eu vou comprar o terreno, onde que vou construir minha casa, vou chamar o arquiteto, onde que eu vou conseguir a madeira. É muito bonito esse processo, mas que não tá na forma, digamos, de vida dos índios.

Eu ainda ontem estava dizendo para o Marcos que eu vou voltar prá academia, sim, ainda mais agora, até vou fazer minha matrícula hoje Marcos, lá na Universidade porque eu quero entender um pouco dessa questão, do desatamento da discussão, da conservação e desse grande enfoque que se chama Sustentabilidade e se nós estamos enraizados nesse processo como que nós não fizéssemos, como que nós não fossemos o guardião da natureza, eu algumas vezes fico ouvindo os técnicos que não moram na aldeia, que não moram nas matas, não conhecem as florestas e tem toda capacidade de te explicar. Eu fico pensando...

¹¹ Lisio Lili é indígena Terena, e assistiu a defesa de Mestrado do Indígena Kinikinau Rosaldo, em sua oportunidade, proferiu este discurso. O texto é transcrição de sua fala. Gravado por Rosaldo Kinikinau.

meu Deus, como que ele sabe e eu que moro na aldeia não sei isso. E não é que eu não sei, é que eu sou prático, vivemos isso e eu acho que não precisamos contrapor, mas juntar com o conhecimento dele e, mas da prática que vivemos, construir uma outra estratégia. Então Rosaldo, eu enquanto Terena, buscando aqui dessa escritora que falou tudo, [Raquel de Queiroz], não somos bem-bom nem ruins, somos gente, mas nós precisamos, além de gente, ser mais humanos e nós erramos também com os Kinikinau, nós Terena erramos muito, porque lá no passado ao invés de ajudarmos, olha, vocês são outros, diferentes e importantes, vocês precisam ter seu espaço e sabe lá os nossos antepassados, quem sabe até por estratégia do Estado, ficamos também, Rosaldo, todos nós separados porque estávamos num processo de conflito. Lembra que a Guerra do Paraguai foi um momento muito triste para os povos do pantanal e dentre todos, nós Terena, Kinikinau e Layana fomos todos expulsos do Território tradicional e agora nós reivindicamos isso. Então, eu acho que estamos vivendo um momento especial, os índios junto com a academia, pensando e construindo uma nova estratégia como é muito bem vista. Eu acho que nós temos que repensar a academia, como avaliar isso de modo que a academia seja mentora, como deve ser estudiosa da questão dos povos, que seja mentora e fortalecedora desse sonho que todos nós temos. Sonhos de inclusões, de pessoas que tenham amor um pelo outro e que tenham oportunidade de construir uma outra história porque a história e aquilo que a gente conta é o que nos faz vivos, que nos faz pessoas. Nessa vida eu acho que o que importa muito é o que o professor enfatiza bastante, é a gente ter oportunidades, enquanto humanos, a gente dizer, olha, eu consegui enquanto humano civilizado construir uma outra sociedade, e você Rosaldo enquanto acadêmico e nosso professor, a gente retorna, eu retorno prá Campo Grande, pro pantanal pensando, olha, eu acho que acabou de se restabelecer um novo povo e eu penso como o senhor também. Os evangélicos eles fazem um ato lá, sabe? Primeiro eles mostram o ministério e depois manda ele para o ministério, quer dizer, unge ele para o ministério, assim Rosaldo, vá lá e faça o seu povo nascer outra vez na história do nosso país”.